UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARIA VALQUÍRIA MONTEIRO DA CRUZ JACOB

DA CUSTÓDIA AO ACESSO DOS REGISTROS PAROQUIAIS

Recife - PE
2022

MARIA VALQUÍRIA MONTEIRO DA CRUZ JACOB

DA CUSTÓDIA AO ACESSO DOS REGISTROS PAROQUIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a): Profª. Drª. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda

Recife - PE
2022

Catalogação na fonte
Biblioteca Joaquim Cardozo – Centro de Artes e Comunicação

J15d Jacob, Maria Valquíria Monteiro da Cruz
Da custódia ao acesso dos registros paroquiais / Maria Valquíria Monteiro da Cruz Jacob. – Recife, 2022.
58f.

Sob orientação de Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia, 2022.

Inclui referências.

1. Custódia documental. 2. Local de memória. 3. Memória coletiva. 4. Documentos eclesiásticos. 5. Registros de batismo. I. Miranda, Májory Karoline Fernandes de Oliveira (Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-93)

Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

DA CUSTÓDIA AO ACESSO DOS REGISTROS PAROQUIAIS

Maria Valquíria Monteiro da Cruz Jacob

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

TCC aprovado _13_ de _maio_ de 2022

Banca Examinadora:

Orientador(a) – Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda
DCI/Universidade Federal de Pernambuco

Examinador(a) 1 - Vânia Ferreira da Silva
DCI/Universidade Federal de Pernambuco

Examinador(a) 2 – Daniela Eugenia Moura de Albuquerque
PPGCI/Universidade Federal de Pernambuco

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria Nair, Bibliotecária formada nessa Universidade na turma egressa em 1988 (em cerimônia na qual eu estive presente e ela, não), por muito insistir para que eu cursasse Biblioteconomia. A expressão inglesa "*mother knows best*" nunca foi tão apropriada. Em algum momento da minha vida, eu li ou ouvi em algum lugar que todo filho ou filha está fadado(a) a se tornar uma cópia de seus pais. Se essa frase for verdadeira e meu destino inevitável, posso me considerar extremamente afortunada, pois eu não gostaria de me tornar nenhuma outra pessoa no mundo se não ela.

À minha avó, Denise, que no auge dos seus 92 anos de puro charme e teimosia (a mesma que corre forte no sangue da família), "bateu pé" e insistiu que viria na minha formatura, não sabendo ela que, em tempos pandêmicos, essa solenidade ainda aconteceria on-line.

À pesquisadora Maria Bernadete Lopes da Silva, mulher inspiradora que luta contra o racismo ambiental e a favor dos direitos negados a comunidades negras, indígenas, ciganas e quilombolas.

AGRADECIMENTOS

À Majory Miranda, que deve ter surtado comigo (e por minha causa também, creio eu) durante o desenvolvimento dessa monografia; que não me deixou esmorecer; que assim como eu, resistiu às intempéries desse ano (para além do clima da cidade) e cujas contribuições foram absolutamente indispensáveis à finalização desse trabalho. Minha eterna gratidão (e prometo seguir a receita dos cookies fielmente da próxima vez).

À Vânia Ferreira, que coorientou o estudo de caso mencionado nesse trabalho, e à Daniela Albuquerque, que ficou empolgada com a ideia no momento da pré-banca, por aceitarem participar da minha banca avaliadora e por fazerem tantas contribuições valiosas para o trabalho. Espero que vocês fiquem felizes com os resultados.

À Istênio Albuquerque, por todos os oferecimentos de água com limão ou "outra coisa da cozinha" e pelos cafunés, abraços e beijos durante o dia.

Às minhas parceiras de crime e de *stickers*, Maria "Maravilhosa" Falcão (devidamente rebatizada com um segundo nome) e Virgínia Suzana França, pelas dicas, coxinhas, bolo de chocolate, hi-fis, contribuições efetivas e, principalmente, pela bússola que eu tanto precisava para concluir as etapas deste trabalho.

À Jana Gamba, que até pensou em voltar para academia se fosse para estar na banca avaliadora deste trabalho e que quer a todo custo que eu continue no mestrado.

À Ericka Campos e Ana Paula Cruz, que mesmo sem saber da existência uma da outra, se juntaram num mutirão *mezzo* encorajador, *mezzo* ameaçador para que eu terminasse esse trabalho.

Aos meus chefes de estágio: à Shirly Pimentel, por estar sempre disponível para todas as minhas dúvidas (que não foram poucas nem comuns), por não sossegar na busca de literatura "cinzenta" e por me ajudar com as referências e a normalização.

A Manoel Estolano, que me tirou oito pontos (dos quais já me devolveu um), por puxar minhas orelhas pelo meu atraso na realização desse TCC, por compartilhar muita sabedoria de vida e por ficar no meu pé para ter certeza de que estava cuidando da minha saúde. Obrigada a ambos por todas as dicas de acessibilidade, pelo incentivo e pela torcida por minha entrada no Mestrado. Aproveito para agradecer também aos meus colegas de estágio por todas as risadas, lanches, dicas, incentivos, fofocas e, principalmente, pela torcida durante a apresentação. Longa vida ao CBAL!

Por fim, mas não menos importante, a todos os professores e funcionários do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Infelizmente, fomos pegos por uma pandemia e os últimos dois anos do curso foram realizados de forma remota, nos obrigando a passar por um período de distanciamento social que resultou em uma saudade grande.

“But I don’t want to go among mad people,” Alice remarked.
“Oh, you can’t help that”, said the Cat: “we’re all mad here. I’m mad. You’re mad”.

(CARROLL, 2018)

RESUMO

A Igreja possui uma longa tradição no que tange a custódia documental que é uma característica que a acompanha desde seus primórdios. Os documentos eclesiásticos mantidos por esta instituição foram, por um período considerável, as únicas formas de registro cível da sociedade católica. Hoje em dia, essa importância cível pode ter diminuído com a presença de cartórios, mas em nada diminuiu o valor dos Registros Paroquiais. Eles seguem com um material rico em informações que pode ser de interesse para diversas áreas, acadêmicas ou pessoais. Para tanto, é preciso que eles sejam organizados de tal forma a facilitar o seu acesso e usufruto perante usuários interessados. Nossos objetivos foram, em termo geral, revelar os registros de batismo de casas paroquiais como fonte de memória coletiva e, em termos específicos, a discussão dos conceitos de custódia e memória dos registros paroquiais; a relação entre as paroquiais mantenedoras do acervo com locais de memória e memória coletiva; a descrição dos documentos eclesiásticos a partir de metadados e a aplicação da paleografia como instrumento de apoio à descrição documental. Essa pesquisa é de natureza aplicada e exploratória, com abordagem qualitativa no que diz respeito ao estudo de caso. Os resultados dessa monografia demonstraram que a Igreja é um Local de Memória, que possui um acervo notável e que a Memória Coletiva da população está inserida dentro de um período histórico e cultural.

Palavras-chave: custódia documental; local de memória; memória coletiva; documentos eclesiásticos; registros de batismo.

ABSTRACT

The Church has a long tradition in terms of document custody, which is a characteristic that has accompanied it since its beginnings. The ecclesiastical documents kept by this institution were, for a considerable period, the only way of civil registration of Catholic society. Nowadays, this civil importance may have diminished with the presence of notaries, but in no way diminished the value of Parish Records. They keep being a rich material, full of information, that may be of interest to various areas, academic or personal. Therefore, they must be organized in such a way as to facilitate their access to interested users. Our objectives were, in general terms, to reveal the baptismal records of parish houses as a source of collective memory and, in specific terms, to discuss the concepts of custody and memory of parish records; the relationship between the parishes that maintain the collection with places of memory and collective memory; the description of ecclesiastical documents from metadata and the application of paleography as a tool to support documental description. This research is of an applied and exploratory nature, with a qualitative approach regarding the case study. The results of this monograph showed that the Church is a Place of Memory, which has a remarkable collection and that the Collective Memory of the population is inserted within a historical and cultural period.

Keywords: documentary custody; memory location; collective memory; ecclesiastical documents; baptism records.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 CUSTÓDIA E MEMÓRIA DOS REGISTROS PAROQUIAIS 16

2.1 MEMÓRIA, MEMÓRIA COLETIVA E LUGARES DE MEMÓRIA 16
2.2 DOCUMENTO E REGISTROS PAROQUIAIS 21

3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A DESCRIÇÃO EM METADADOS PARA RECUPERAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO 32

4 METODOLOGIA 37

4.1 PALEOGRAFIA COMO FERRAMENTA DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO 38
4.2 ESTUDO DE CASO: REGISTROS PAROQUIAIS DE BATISMO 41

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 43

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 53

REFERÊNCIAS 54

1 INTRODUÇÃO

Essa monografia tem como objeto de pesquisa os registros paroquiais (que poderão também ser identificados como documentos paroquiais, assentos paroquiais e documentos ou registros eclesiásticos ao longo do texto) de batismo (por vezes chamado de ata(s) de batismo). Entretanto, traçaremos um panorama mais amplo dos registros paroquiais antes de falarmos sobre as atas de batismo, bem como discutiremos os conceitos de documento e memória, que estão intimamente ligados entre si.

Durante muito tempo, a Igreja Católica foi a detentora do conhecimento da sociedade, devido principalmente a dois fatores: a baixa quantidade de pessoas alfabetizadas durante um longo período e do fato desses indivíduos fazerem parte do mundo eclesiástico. Umberto Eco retratou esse cenário no seu romance mais conhecido, “O Nome da Rosa”, que posteriormente foi transformado em filme e que é até hoje referência no tocante a esse assunto.

No período conhecido como a Idade das Trevas, a Igreja não só detinha o poder do conhecimento, mas também escolhia quem teria acesso a ele, já que “a Igreja como detentora de informações e registros, apresenta a censura, controle e acesso restrito à informação que trouxe à tona a proteção intelectual” (SILVA *et al*, 2016, p. 47). Ao longo de sua história, a Igreja Católica Apostólica Romana arquivou um volume considerável de importantes documentos, sendo estes guardados em Arquivos Eclesiásticos (SILVA; BORGES, 2009, p. 38).

Esses Arquivos guardam não apenas a memória institucional da Igreja, mas preservam passagens da vida da sociedade mundial, o que os transforma em um bem cultural e religioso de interesse público e social, especialmente quando falamos em pesquisa cientifica.

A Igreja é como uma unidade de informação, sendo os acervos, arquivos, bibliotecas, documentos produzidos e emitidos pelas paróquias, assim com o site do Vaticano[1] exemplos de fontes informacionais que são pouco estudadas (quando o são). As pessoas que vão em busca de conhecimento através desse material, tem em seus objetivos fins pessoais, científicos ou profissionais. Em todo o caso, é impossível “falar de sociedade da informação – como conhecemos hoje [...] – sem

[1] Acesso em https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html

citar o caminhar que a Igreja Católica realizou, [...], pois o hoje não pode ser dissociado do ontem” (OLIVEIRA NETO, 2019, p. 12)

Diante destes fatos, questionamos se podemos então pensar na Igreja como a Unidade de Informação vigente antes do surgimento da instituição "Arquivo". Teria a Igreja os critérios necessários para ser categorizada como Unidade de Informação naquele contexto? E atualmente? Apesar desses novos questionamentos, para fins deste Trabalho Conclusão de Curso, nos restringiremos ao estudo de como a Igreja lida com seus documentos mais antigos, os pré-cartoriais, o que resulta no tema da custódia e acesso a memória destes tipos documentais.

A importância social dos registros eclesiásticos possui respaldo legal no artigo nº 016 da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991[2], que dispõe que “os registros civis de arquivos religiosos e entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil, sejam identificados como de interesse público e social”. Em suma: trata-se da memória de um povo e não apenas de uma instituição religiosa. (SAMPAIO, 2016, p. 15).

Por não expressarem apenas a missão evangelizadora da Igreja, sua importância se encontra ligada às fontes arquivísticas de origem cível, visto que podemos encontrar dados sobre as relações entre os poderes civis e religiosos, especialmente no período escravocrata brasileiro (quando trazemos o assunto para nossa realidade específica), que ocorria sob o regime do padroado. Seguindo a organização já estabelecida após o Concílio de Trento, os registros eram escritos em livros encadernados, com folhas numeradas e rubricadas pelo vigário responsável pela sua feitura, contendo termo de abertura e encerramento e devidamente separados por finalidade: Batismo, Casamento ou Óbito. Identificar esses suportes documentais é de “grande importância, não somente à instituição, mas também para a preservação da memória, estudo da sociedade, da economia e da cultura”. (SAMPAIO, 2016, p. 15).

Izabel Júnior (2012, p. 54) diz que a Igreja tem papel fundamental para a formação do conhecimento do *modus vivendi* da sociedade brasileira no período colonial e imperial e para a compreensão de nossa história passada.

Sendo assim, os registros eclesiásticos podem ser considerados uma rica fonte de informação para diversas áreas, que vão desde a história à genealogia,

[2] Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm

passando pelo direito e a sociologia, dentre tantas outras. Porém, a descrição que Sampaio (2016) faz desses documentos como fonte de informação de importância social, os conecta também com a área da Biblioteconomia e mais precisamente ao contexto da Memória, Custódia e Acesso, a serem empregadas para tornar a informação contida em documentos, como os assentos paroquiais, acessível para aqueles que se interessem em pesquisá-la. É dessa forma que devem ser analisados os conteúdos dos Registros Paroquiais sob a ótica da Biblioteconomia.

Essa monografia contém um estudo de caso, sendo parte da coleta de dados realizada no trabalho desenvolvido durante a disciplina de Práticas em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Essa descrição metódica e técnica da disciplina de Práticas representa o interesse particular pela área da Memória. O trabalho supramencionado consistiu na transcrição de registros de batismo do século XIX de comunidades do agreste e do sertão pernambucano e teve como finalidade a extração dos metadados considerados importantes para pesquisas sociológicas, etnológicas, culturais, genealógicas e históricas. O levantamento de metadados resultante nos leva a pensar na relevância de ter essas informações transcritas e organizadas, de forma a serem facilmente recuperadas.

Atualmente, com a ajuda da descrição da informação, pode-se transformar os metadados contidos nesses registros em informações visíveis para pessoas com interesses nas mais diversas áreas e objetivos, além de preservar a história da população em aspectos culturais, religiosos, demográficos e sociais.

Como justificativa pessoal para a escrita dessa monografia, menciono que, depois de pensar em duas outras opções de assunto para desenvolver, ambas na área da Memória, o trabalho realizado no decorrer da disciplina de Práticas não deixou dúvidas sobre o que deveria ser estudado. Após o término da transcrição da primeira página do livro de batismo, o tema e o objeto de pesquisa da minha monografia já estavam mais que definidos.

Me apoio na fala de Von Simon (2003, p. 16), ao dizer que a sociedade ocidental do século XXI está passando por um movimento de rememorar, de lembrar, indo de encontro aos processos de mundialização (ou seria justamente devido aos processos de mundialização?), fazendo com que cada vez mais pessoas comecem projetos envolvendo a memória. Dessa forma, elas podem “habitar” e “viver” um determinado tempo. Foi essa sensação de “habitar” e “viver” os anos

finais do século XIX que me atraiu para esse tema. Os “óculos do presente” de Von Simon (aos quais fazemos referência na seção 2) me serviram perfeitamente.

Como justificativa técnica para realizar este trabalho, temos a promoção da eficácia da visibilidade da informação, além da identificação da memória institucional. Com isso, espera-se que as pessoas possam ter acesso às informações contidas nos registros de batismo, possibilitando a elas investigações de cunho genealógico, histórico, sociológico e cultural.

Diante do exposto, sintetizamos esta pesquisa com o objetivo geral de: Revelar os registros de batismo de casas paroquiais como memória institucional, de cunho genealógico, histórico, sociológico e cultural. Esse fim será alcançado através dos seguintes objetivos específicos:

1. Discutir os conceitos de Custódia e Memória dos Registros Paroquiais;
2. Relacionar as paróquias mantenedoras de acervo eclesiástico com os conceitos de Lugar de Memória e Memória Coletiva;
3. Descrever documentos eclesiásticos a partir dos metadados;
4. Aplicar a paleografia como instrumento de apoio à descrição documental.

Essa monografia está dividida em seis seções: 1. Introdução; 2. Custódia e Acesso aos Registros Paroquiais; 3. Organização da Informação; 4. Metodologia; 5. Resultados e Discussões; e 6. Considerações Finais.

Na seção “Custódia e Acesso aos Registros Paroquiais”, serão trabalhadas as definições de Memória e Documento, bem como uma visão sobre Registros Paroquiais, partindo do geral para o mais específico, sendo ele o Registro de Batismo, por ser o foco desse trabalho.

A Organização da Informação terá atenção na terceira seção do trabalho onde, a partir de revisão bibliográfica, a relação entre a disciplina e os documentos paroquiais será desenvolvida.

Na seção seguinte, a de Metodologia, serão detalhados os aspectos estruturais desse trabalho, além de falar sobre a Paleografia, ferramenta utilizada no nosso estudo de caso, que também é mencionado nesse capítulo.

Optamos pela inclusão de um capítulo específico para discutir os resultados do estudo de caso, compartilhando um trecho dos metadados que foram extraídos dos registros de batismo e tabulados ao longo da disciplina de Práticas, bem como

algumas reflexões envolvendo os metadados e o Código de Direito Canônico e sugestões para adição de novo metadado ao trabalho realizado no estudo de caso.

Encerramos essa monografia com as Considerações Finais onde elucubramos sobre a importância da custódia documental eclesiástica e sobre a inserção da Paleografia como parte do processo de formação do profissional bibliotecário.

2 CUSTÓDIA E MEMÓRIA DOS REGISTROS PAROQUIAIS

Nessa seção, falaremos da Memória e da importância da Memória Coletiva bem como da custódia nos Lugares de Memória, elencando a percepção desses conceitos a partir de levantamento bibliográfico. Em seguida, falaremos de Documento e dos Registros Paroquiais como documento, sua importância dentro e para a instituição da Igreja Católica e a sociedade e por fim, finalizamos a seção falando sobre os Registros de Batismo, nosso objeto de estudo.

2.1 Memória, Memória Coletiva e Lugares de Memória

A palavra “Memória” nos remete a diversas definições diferentes: lembrança; recordação; a capacidade de conservar uma ideia ou imagem (capacidade essa que é válida tanto para seres humanos como para dispositivos eletrônicos, tomadas as devidas proporções, logicamente); um momento comemorativo; um nome de pessoa ilustre que sobrevive ao fato realizado por ela, inclusive quando ela falece etc.

As definições acima são algumas das que o dicionário online Priberam da Língua Portuguesa (2021) apresenta. Pensando numa visão mais específica do campo da memória, todo animal é portador de vários tipos diferentes de memórias a partir de um determinado grau de organização, assim Pomian (2000, p. 507) afirma. Segundo ele, a memória individual se desenvolve simultaneamente ao sistema nervoso e que é ela que nos permite conservar certos comportamentos aprendidos em determinadas situações para repeti-los em situações semelhantes. O autor completa seu pensamento afirmando que é esse tipo de memória que nos proporciona novas dimensões e possibilidades, fazendo com que busquemos nos comunicar com nossos semelhantes e com o mundo a nossa volta não só “através dos órgãos dos sentidos, mas também através da linguagem”.

Ao longo da história, os seres humanos buscaram algum tipo de recurso externo para compensar as limitações de armazenamento de suas memórias, a fim de evitar o esquecimento de fatos importantes. Pessoalmente, durante anos, mantinha sempre comigo uma câmera fotográfica na bolsa, pois a minha “memória auxiliar” para os mais diversos momentos da minha vida eram as fotos que eu tirava com ela. Em locais isolados da África, Oceania e América do Sul, as sociedades da memória, como denomina Von Simon (2003, p. 16), organizavam e retinham a memória na figura dos membros mais velhos da comunidade, por sua maior

experiência e vivência, cabendo a eles o papel de guardiões. São eles que deveriam e devem (em menor proporção atualmente) transmitir às novas gerações todo o conhecimento do qual a sobrevivência do grupo dependesse.

Com o passar do tempo, esse papel social foi sendo substituído pelos suportes para o registro e manutenção da memória. A princípio foram as pinturas rupestres do Paleolítico, sendo a mais antiga delas um javali da espécie *Sus celebensis* feito com pigmentos minerais de cor vermelha a cerca de 45.500 anos na Ilha de Celebes (Indonésia) (BONILLA, 2021). A partir do desenvolvimento cognitivo dos *Homo sapiens*, surgiu outro recurso: a criação do sistema de signos fixados em suporte físico que originou a escrita (OLIVEIRA, 2010, p. 12).

O surgimento da escrita permitiu o desenvolvimento do que Le Goff (1990, p. 431) descreve como “duas formas de memória”: 1) a comemoração através de um registro de um acontecimento memorável, onde a memória passa a ser inscrita e; 2) o surgimento de documentos que passaram a ser escritos em suportes específicos para esse fim, havendo tentativas em ossos, estofo, pele (Rússia antiga); folhas de palmeira (Índia); carapaças de tartaruga (China) até chegarmos finalmente ao papiro (Egito), ao pergaminho e ao papel (LE GOFF, 1990, p. 432). Quando a escrita passa a ser feita nesse tipo de documento, ela assume duas funções principais:

a) a mudança do registro oral para o visual, permitindo a quem tiver acesso a ele o reexame, a reordenação e a retificação do que está escrito e;
b) o armazenamento de informações, fornecendo a sociedade o processo de marcação, memorização e registro (GOODY, 1977b, p. 78 apud LE GOFF, 1990, p. 433).

Atualmente, além dos documentos escritos, podemos contar com uma infinidade de outros suportes digitais, nos proporcionando um enorme volume de informações. Hoje, nas novas sociedades do esquecimento[3], o papel atribuído aos idosos da sociedade é desempenhado por instituições cujo trabalho é coletar, selecionar, organizar, guardar, fazer a manutenção e divulgação da memória desses grupos sociais. As instituições de que fala a autora são os museus, as bibliotecas, os

[3] Grosso modo, a sociedade do esquecimento é aquela que se nega a encarar e analisar o seu passado por medo de encontrar incongruências e hipocrisias que podem afetar seu presente e, mais ainda, seu futuro. Para saber mais, sugerimos o texto “A sociedade do esquecimento”, de Armindo Laureano, com acesso em: https://novojornal.co.ao/opiniao/interior/a-sociedade-do-esquecimento-105545.html

arquivos, os centros de documentação, que coletam, tratam, recuperam, organizam e disponibilizam para a sociedade a memória de um local, de um povo, de um tempo (VON SIMON, 2003, p. 16).

“A memória é imprescindível. Ela é o elemento fundamental da identidade individual ou coletiva” (SALES, 2016, p. 17). Ela está no alicerce da história e é frequentemente confundida com conceitos como documento, patrimônio, monumento, a oralidade e a escrita (SALES, 2016, p. 25).

“A memória é a vida”, segundo Nora (1993, p. 9) e ela é carregada por seres vivos, estando em constante evolução, passível de ser lembrada ou esquecida, pois é suscetível aos usos e manipulações da sociedade. Souza, Gomes e Ramos (2002, p. 194) dizem que “as memórias são o que nos identificam enquanto sociedade” e que “a memória ao mesmo tempo que remete ao sentido de antiguidade também remete ao de tempo atual” (2002, p. 195), já que a memória da humanidade e de cada sociedade é “o que constitui o que temos e o que teremos amanhã”.

Pomian (2000 apud FERREIRA; JUVÊNCIO, 2022, p. 281) corrobora essa afirmação quando afirma que “a memória não é o passado de fato, mas sim uma reconstrução que se dá no presente, constantemente ressignificada pela consciência de um grupo ou de um indivíduo”.

A memória é o elemento essencial da identidade, seja ela individual ou coletiva (LE GOFF, 1990, p. 476), sendo aquela um fenômeno relativamente íntimo e próprio de cada indivíduo e esta, algo construído coletivamente e que pode e irá sofrer mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201). Bezerra (2104, p.18) ainda define memória como

> uma evocação do passado e conserva na lembrança o que se foi, entrelaçando a memória individual e a coletiva, que são registradas nos documentos, nos relatos e nos produtos da sociedade, e os usos da memória, em especial, quanto à constituição de uma memória histórica e às relações de poder que a partir disso são instituídas e mantidas.

Le Goff (1990, p. 476) é da opinião que a Memória Coletiva “não somente é uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, principalmente nos casos das sociedades que ainda estão no processo transitório da Memória Oral para a Escrita, pois nela se compreende melhor a luta pela “dominação da recordação e da tradição”. Segundo Sales (2016, p. 22), a memória coletiva é ampla, resumida e esquemática, ao contrário da memória individual, que é densa e contínua. De mais a mais, a memória coletiva não é algo engessado, pelo contrário: é algo vivo e

dinâmico, cuja função é a elevação da identidade de uma nação, sendo parte individual, coletiva e institucional da mesma.

Entretanto, Pollak (1992, p. 203-204) afirma que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. O autor afirma ainda que a memória é um fenômeno construído a partir do momento em que sofre interferência das flutuações sociais e da influência política do momento em que acontece como, por exemplo, nas escolhas para as datas comemorativas, selecionadas em função das preocupações pessoais e políticas de um tempo.

Em suma, “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”. Como consequência dessa construção da memória, temos também a construção dos documentos (POLLAK, 1992, p. 207). Von Simon sintetiza o conceito de Memória Coletiva mencionados por Nora e Halbwachs (2003, p. 14-15) como sendo “aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla”. Segundo a autora, a expressão dessa Memória Coletiva se dá através dos Lugares de Memória (mencionados anteriormente pela autora como as instituições que desempenhariam a função dos anciãos na passagem da Memória Oral), que exprimem a versão consolidada do passado de uma determinada sociedade, sendo eles: Bibliotecas, Museus, Memoriais, Monumentos, Murais, Arquivos, Hinos Oficiais, Quadros, Obras Literárias e Artísticas.

Sales (2016, p. 30) reitera que os Lugares de Memória “são extremamente necessários à existência” pois são portadores de significado. Ironicamente, Nora (1993, p. 12-13) chama os Lugares de Memória de “restos”. Ele explica essa declaração, que pode parecer um tanto polêmica a princípio, ao afirmar que a coletividade tende a valorizar mais o novo do que o velho; tende a olhar mais para o futuro do que para o passado. Ele encorpa a lista de Lugares de Memória enumerada por Von Simon com outros exemplos, que a uma primeira vista, nos passariam despercebidos: cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, santuários, associações. Segundo ele, todos esses exemplos são “testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade”, todos cheios de um aspecto nostálgico. Esses Lugares de Memória surgem e se mantem devido ao “sentimento de que não há memória espontânea”.

A sociedade precisa então do que o autor chama de vigilância comemorativa, caso contrário, a história os condenaria ao esquecimento. A dicotomia

esquecimento/memória é então necessária, pois sem a ameaça do esquecimento, os Lugares de Memória não seriam construídos e eles só são construídos para que a história possa se apoderar da memória para usá-la conforme sua necessidade. São os “momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos”. Nora (1993, p. 21-22) complementa ainda que os Lugares de Memória são materiais (como um arquivo), simbólicos (como um minuto de silêncio) e funcionais (como um manual de aula).

Estudar a memória, assim com inúmeras outras áreas do saber, é um movimento de abordagem multidisciplinar, que transforma a consciência das pessoas envolvidas nesse processo, ao ampliar o conhecimento a respeito da documentação histórica (dando a noção de uma maior variedade de suportes documentais) e ao melhor compreender o valor do documento inserido em um determinado grupo, o que faz com que o estudioso possa pensar em melhor maneiras para recuperá-lo e conservá-lo (VON SIMON, 2003, p. 17).

Quando pensamos em memória dentro da disciplina da Biblioteconomia, ela é vista como manifestação social relacionada a estrutura cultura e à identidade da sociedade, que vai refletir tanto nas narrativas históricas quanto na dinâmica do patrimônio dela (FERREIRA; JUVÊNCIO, 2022, p.280).

Von Simon (2003, p. 16) lembra em seu artigo uma citação interessante de Ecléa Bosi, em sua obra “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”: “a memória não é sonho, mas trabalho”. A autora ainda acrescenta que quando trabalhamos em um grupo de indivíduos com interesses em uma memória em comum, com o intuito de reconstruí-la de forma compartilhada, estamos construindo relacionamentos que irão nos conduzir a ação. Ao fazer isso, estaríamos domando e vivendo o tempo plenamente.

A memória compartilhada do homem pós-moderno, despida de ligação com o mercado, fruto do desejo pessoal, é a base para a construção de redes de relacionamento entre pessoas unidas em prol do estudo de aspectos do passado. Essas pessoas usam o que Von Simon (2003, p. 17) chama poeticamente de “óculos do presente”, que as ajudam a reconstruir o ontem, compreender melhor o hoje e criar bases solidas para o amanhã.

2.2 Documento e Registros Paroquiais

Iniciamos essa seção, com enfoque na Informação sob o ponto de vista de Michael Buckland, o que inevitavelmente, nos conduzirá ao “personagem principal” desse trecho. Em seu livro “Information and Society”, o autor (2017, p. 6, tradução nossa) fala do poder que objetos têm por conter uma grande quantidade de informações ao descrever como o seu passaporte é mais poderoso do que ele, já que “eu não posso cruzar fronteiras sem ele, mas ele pode cruzá-las sem mim. Ele ainda esclarece que “[...] o poder do meu passaporte não surge simplesmente do próprio documento” (2017, p. 7, tradução nossa), mas das informações inseridas nele, que comprovam de que o portador é de fato quem diz ser e que, com o novo formato mais tecnológico, a presença de um guarda humano por vezes não se faz necessária, podendo a checagem ser feita por leitores automáticos como no autoatendimento de supermercados e bibliotecas. Por todos esses detalhes, Buckland (2017, p. 10) caracteriza seu passaporte como um dispositivo complexo, dinâmico e multimídia, com partes tanto impressas, quanto manuscritas e acessáveis por máquinas. Em outras palavras, o passaporte é uma “forma não oral de informação: um documento” (tradução nossa) e que faz parte de uma sociedade documental, na qual se observa um aumento na quantidade de registros (BUCKLAND, 2017, p. 17). O autor diz ainda que os documentos são importantes pois são evidências e que por isso, existem aspectos cognitivos, culturais e físicos neles (2017, p. 21, tradução nossa).

Ao relacionarmos os conceitos de Memória e Documento, pensamos nos documentos como uma extensão da memória humana ou, pelo menos, a parte que foi guardada fora do cérebro humano, registrada em algum tipo de recurso informacional, que pode ser chamado de “memória estendida” (GOMES; COSTA; ARAÚJO, 2015, p. 187). Essa memória estendida, qualquer que seja o suporte em que esteja gravada, é um “ícone representativo de alguma ocorrência/coisa/comunidade, tendo sua relevância avaliada de acordo com o seu valor e a sua potência simbólica - o semióforo” (CHAUÍ, 2000 apud FERREIRA; JUVÊNCIO, 2022, p. 281). Seu legado, ou seja, a capacidade de alcançar várias gerações, é o que se denomina patrimônio (ECO, 2014 apud FERREIRA; JUVÊNCIO, 2022, p. 281).

A Igreja Católica, seja com a finalidade de preservar sua própria história ou os registros das nações e do tempo, sempre teve a preocupação com a guarda e a

preservação de documentos desde seus primórdios, sendo a existência dos Arquivos Eclesiásticos comprovada através de testemunhos relativos à conservação desse patrimônio. Esses testemunhos datam da época do primeiro grande arquivo, pertencente ao pontificado do Papa Dâmaso, ainda no século IV (366-384) (TOGNOLI; FERREIRA, 2017, p. 9).

De acordo com o Código de Direito Canônico (CDC), a tipologia de arquivos da Igreja pode ser dividida em seis: Diocesano, Colegiado, Paroquial, de Fundações Pias, Igreja Catedral e outras igrejas do território, como Irmandades e Seminários (SANTOS, 2008, p. 9). O arquivo Diocesano, se subdivide em Corrente (obrigatório em toda diocese), Secreto (obrigatório em toda diocese, a ser guardado em armário ou cofre com chave e sem possibilidade de remoção) e Histórico (obrigatório em toda diocese), sendo esta última tipologia uma inclusão do CDC, que data de 1983. Santos (2008, p. 7) complementa ainda falando da importância da criação de uma lei sobre esse tipo de arquivo, pois é o reconhecimento da Igreja em relação a importância do material histórico como centro de cultura e de memória, a serem conservados por igrejas locais e livres para a consulta de pessoas interessadas.

Segundo definição do site do Arquivo Nacional Torre do Tombo (2018), os assentos ou registros paroquiais são a base para o estudo genealógico. Esses documentos, que contém uma série de informações referentes a um grupo de pessoas inseridas na sociedade, são divididos entre os três grandes sacramentos católicos, a saber: o batismo, o casamento e o óbito e passaram a ser requeridos obrigatoriamente a partir de 11 de novembro de 1563, data de realização do Concílio de Trento (COSTA, 1990, p. 1). Esse evento é considerado como o verdadeiro marco regulamentador dos arquivos eclesiásticos, pois a partir dele as normas canônicas foram estabelecidas (ABREU, 2000a, p. 137).

Antes disso, a Constituição Diocesana de Lisboa, datada de 25 de agosto de 1536, obrigava apenas os registros de batismo na área de sua Diocese. Os registros de óbitos, por sua vez, surgiram em 17 de junho de 1614, quando o Ritual Romano de Paulo V foi expandido para além dos registros de batismo e casamento (VENTURA, 2021). Há aqui uma divergência de informações, visto que, segundo Marcílio (2004, p. 16), Portugal obrigava o registro dos Batismo, Casamentos e Óbitos já em fins do século XVI, seguindo as Constituições de Coimbra (1591), segundo as quais cada paróquia deveria ter um livro para cada um dos sacramentos, sendo essas ordens estendidas às colônias portuguesas do Ultramar

ainda nesse mesmo século. Por conseguinte, o Brasil seguiu essas determinações Portuguesas, até que a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, de 1707, surgiu. Ainda assim, “as regras e as fórmulas não se modificaram; seguiam sempre as determinações de Trento” (MARCÍLIO, 2004, p. 16).

Os Registros Paroquiais em terras brasileiras possuem quatro características especiais (MARCÍLIO, 2004, p. 16-17):

1. Cobertura praticamente universal: O estatuto do Padroado Régio no Brasil (acordo entre o papa e o monarca português, que garantia ao Império Português grandes poderes nos assuntos relativos à religião em suas colônias) que dava aos Registros Paroquiais essa cobertura da população brasileira (pelo menos até 1891, quando a Constituição Republicana separou Estado da Igreja). Eram excluídos apenas os protestantes que surgem no Segundo Reinado (não católicos) e índios e negros pagãos (ainda não batizados);
2. Caráter individual e coletivo: Essa característica está ligada diretamente a temporalidade, pois cada pessoa é registrada a partir de suas características individuais e em momentos vitais de sua existência (mais uma vez, seu batizado, seu casamento e seu falecimento), integrando assim uma sequência cronológica de eventos. Esses eventos, estariam guardados em livros especiais, que cobririam uma paróquia, de certa forma, demarcando um território;
3. Caráter nominativo: que identificada cada pessoa em sua família, bem como suas características pessoais e;
4. Valor do Registro: O assento paroquial foi feito quando a ação estava ocorrente, sendo um marco serial e cronológico da história.

A Igreja Católica sempre teve interesse em manter a custódia dos documentos produzidos por ela, tanto pela necessidade de proteger os seus próprios interesses quanto pela “importância de se preservar a memória contida em seus registros”, que termina por atender também ao interesse social (SAMPAIO, 2016, p. 14).

Durante muito tempo, as informações contidas nos assentos paroquiais foram a única fonte de controle populacional, assemelhando-se aos censos de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por meio desse acervo,

podíamos conhecer o *modus vivendi* da sociedade brasileira no período colonial e imperial, contribuindo assim para a compreensão de nosso passado (IZABEL JUNIOR, 2012, p. 54).

Através dessa documentação, era possível acompanhar o desenvolvimento da sociedade, ou pelo menos, parte dela: a formada pela comunidade católica. Em Portugal, com o Decreto de 16 de Maio de 1832[4], houve uma tentativa de estabelecer um Registo Civil em Portugal independente da Igreja Católica, estendendo aos cidadãos não católicos o direito de registro, mas que apesar de haver outras leis que sucederam a esta (como o Decreto de 18 de Julho de 1835[5] e os Códigos Administrativos de 1836[6] e de 1842[7]), ela não se concretizou (VENTURA, 2021).

O país resolveu (através do Decreto de 19 de agosto de 1859[8]) então reconhecer a vantagem de se manter ambos os tipos de registros (paroquial e civil), mas impôs àquele uma estrutura mais uniforme. Em 28 de Novembro de 1878[9], o Estado Português acaba por entregar aos eclesiásticos a tarefa de registrar a maioria da população e aos Administradores do Conselho, os registros civis, referentes a minoria não católica (VENTURA, 2021). O autor diz ainda que a maioria dos livros até 1911 foi entregue ao Estado, tendo os posteriores sido conservados nos Arquivos Diocesanos ou na paróquia de origem. Há aqui uma evidente desigualdade entre esses dois grupos (católicos e protestantes), pois este nem ao menos era reconhecido pela Igreja Católica, sendo o registro paroquial era algo impraticável para os não católicos, o que dificultava até mesmo a demonstração de seu estado civil (TIZIANI, 2016)

Os registros paroquiais também são uma forma de controle de cada membro da Igreja Católica, controle esse que se fez necessário devido a Reforma Protestante, ocorrida em 31 de outubro de 1517, e sua doutrina cada vez mais aceita e difundida em algumas partes da Europa. Era preciso saber claramente quem eram os membros que continuavam a seguir a religião católica, informação que poderia ser conseguida através dos registros individuais dos fiéis. Foi então que,

---

[4] Acesso em: https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p108
[5] Acesso em: https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p206
[6] Acesso em: https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1814.pdf
[7] Acesso em: https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1123.pdf
[8] Acesso em: https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/34/8/p508
[9] Acesso em: https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/52/83/p408

no já mencionado Concilio de Trento, decidiu-se que cada Cura passaria a ser responsável pelos registros de batismo e casamento de sua paróquia, seguindo uma fórmula de registro minuciosamente estabelecida. Não podemos minimizar a importância do registro de óbito “para evitar abusos de toda sorte, como por exemplo, o da bigamia, quando um dos esposos migrava sozinho para regiões distantes e lá se casava novamente, como se pela primeira vez fosse” (MARCÍLIO, 2004, p. 14). O caráter obrigatório e a padronização dos registros paroquiais provam a sua representatividade e universalidade, sendo eles seriais e cronológicos, criando assim uma documentação de grande importância, tanto de forma individual quanto coletiva (BASSANEZI, 2001, p. 143-146 apud IZABEL JUNIOR, 2012, p. 57).

Muitas são as áreas que tem interesse nos Registros Paroquiais, mas a primeira delas foi sem dúvida a genealogia. Esses documentos eram intensamente procurados por pessoas interessadas em (re)criar sua árvore genealógica, ou em biografar personagens famosos, ou até mesmo como comprovante para efeitos de herança. Porém, historiadores, antropólogos, sociólogos, artistas não faziam uso costumeiro dos Registros como parte integrante de suas pesquisas. Pelo menos não até o surgimento da Demografia Histórica, que teve papel fundamental na exposição da riqueza de informações contidas nos Livros Paroquiais e cuja principal finalidade era o cálculo das taxas gerais e especiais de fecundidade, nupcialidade e mortalidade, através do método da Reconstituição de famílias de uma determinada paróquia (ou paróquias) nas populações pré-estatísticas (MARCÍLIO, 2004, p. 18).

Costa (1990, p.1) afirma que o surgimento de tais documentos é de crucial importância no desenvolvimento da demografia histórica, já que estes possuíam um tratamento sistemático, o que fez com que os primeiros demógrafos históricos pudessem criar uma técnica de reconstituição familiar, instrumento básico para o “estudo do comportamento das variáveis demográficas no período pré-censitário”. Burguière (1976, p. 59), ao se referir a demografia histórica, chama esses documentos de “mina”, que começou a ser “escavada” na França depois da Segunda Guerra Mundial por outras pessoas que não apenas os genealogistas. Ele ainda menciona que era possível extrair dados estatísticos como séries de preços, entradas de ouro, dízimos, mas que

> [...] As informações mais originais e mais preciosas que é possível extrair das fichas de família, as estatísticas de fecundidade, dão, ao contrário, a impressão de uma passagem direta, graças à linguagem matemática, de uma realidade manifesta a uma realidade secreta, dos comportamentos aos motivos. Com elas, a história quantitativa pôde alimentar a ambição de

> medir o que é incomensurável, de atingir, sem o atalho ingrato dos testemunhos literários ou simplesmente íntimos (com os livros de razão), os comportamentos de base, o que não é confessado. (BURGUIÈRE, 1976, p.61).

Os demógrafos historiadores calculavam as tendências históricas de reprodução, fecundidade, nupcialidade, mortalidade, crescimento populacional e formação de novas famílias fazendo uso dos registros paroquiais (BASSANEZI, 2011, p. 91). Mais que isso: a partir dessa documentação é possível saber outros aspectos da vida social e cultural de uma época, como “a história da família, da mulher, da escravidão, das mentalidades”.

Izabel Junior também menciona o uso dos registros paroquiais como instrumento com fins jurídicos além dos fins religiosos, podendo servir para comprovação de origem, paternidade e estado matrimonial. Isso se deve ao fato de que o Registro Civil no Brasil, surgiu apenas no século XIX, em 1874. Interessante frisar que o surgimento desse novo documento não foi bem aceito, tanto pela Igreja quanto pela população, que agora teria que se deslocar por distâncias maiores até o local do cartório para providenciar os registros (IZABEL JUNIOR, 2012, p. 57-58).

Apesar da exclusão dos que não compartilham da fé católica, ao tratarmos do registro de batismo, este ainda pode ser considerado o mais “democrático” para a Colônia brasileira, já que cobria uma gama variada da população se comparada a outros tipos de documentação (HAMEISTER, 2006, p. 188 apud IZABEL JUNIOR, 2012, p. 57).

A existência dos Registros Paroquiais foram se expandindo para outros países europeus e suas colônias, e pouco a pouco, foi havendo o aperfeiçoamento e o enriquecimento com novas informações. Marcílio (2004, p. 15-16) cita como exemplos a presença da idade dos cônjuges nos registros de casamento na Franca, dado que não estava presente em outros países. No Brasil, quando os nubentes pertenciam a famílias proprietárias e abastadas, o registro, normalmente simples, tornava-se um documento de página inteira, quando não mais, e informações adicionais, como os nomes dos avôs e avós paternos e maternos eram acrescentados, bem como sua paróquia e diocese de nascimento e moradia.

A quantidade de dados encontrados nesses documentos é vasta e pode ajudar a reconstruir a história social e cultural das populações católicas, independentemente da classe social, do poder aquisitivo, da raça ou do gênero: quando batizados, casados ou falecidos, seus nomes passavam a constar em livros

especiais e específicos para cada grande momento de suas vidas, a serem conservados pela Igreja. “A vida estava assim marcada com uma ata individual, com dados pessoais, nos seus momentos vitais: do nascimento, do casamento e da morte” (MARCILIO, 2004, p. 15-16). Concordamos com Marcílio (2004, p. 17) quando ela afirma que são essas características singulares que fazem com que os livros paroquiais, em especial os de batismo, sejam “fontes de primeira linha”, que nos põe em contato com as sociedades do passado e com sua cultura, pois “estas séries documentais, com acuidade especial podem ser fontes inestimáveis para o conhecimento das mentalidades, dos comportamentos, das sensibilidades de sociedades do passado”.

O cânone 535 do CDC (JOÃO PAULO II, 1983, p. 99) é destinado a dar as normas sobre os Livros Paroquiais de Batismo, Casamento e Óbito.

- § 1. Em cada paróquia haja os livros paroquiais, a saber: o livro dos baptismos, dos matrimónios, dos óbitos e outros, de acordo com as determinações da Conferência episcopal ou do Bispo diocesano; procure o pároco que estes mesmos livros sejam cuidadosamente preenchidos e diligentemente guardados.
- § 2. No livro dos baptismos, averbem-se também a confirmação e aquelas circunstâncias que acompanham o estado canónico dos fiéis, em razão do matrimónio, salvaguardado o prescrito no cân. 1133[10], em razão da adopção, bem como a recepção de ordens sacras, a profissão perpétua emitida num instituto religioso e ainda a mudança de rito; e refiram-se sempre estes averbamentos nas certidões do baptismo.
- § 3. Tenha cada paróquia um selo próprio; as certidões relativas ao estado canónico dos fiéis, tal como todos os actos que possam ter valor jurídico, sejam assinados pelo próprio pároco ou seu delegado, e munidos com o selo paroquial.
- § 4. Em cada paróquia haja um cartório ou arquivo onde se guardem os livros paroquiais, juntamente com as cartas dos Bispos e demais documentos que, pela sua necessidade ou utilidade, se devem conservar; o pároco tenha o cuidado de não deixar cair em mãos de estranhos toda esta documentação, que deve ser examinada pelo Bispo diocesano ou pelo seu delegado, por ocasião da visita ou noutra oportunidade.
- § 5. Guardem-se também com diligência os livros paroquiais mais antigos, de acordo com as prescrições do direito particular.

Em 26 de junho de 2018, o Papa Francisco nomeou o padre e poeta madeirense José Tolentino Mendonça, à época vice-reitor da Universidade Católica Portuguesa, como arquivista e bibliotecário da Santa Igreja Romana. O doutor em Teologia Bíblica assumiu o cargo de bibliotecário na Biblioteca Apostólica do Vaticano e de arquivista no então Arquivo Secreto do Vaticano. Segundo entrevista

[10] Cân. 1133 – Inscreva-se o matrimónio celebrado secretamente só no livro especial que se deve guardar no arquivo secreto da cúria.

concedida à Agência Ecclesia, Tolentino Mendonça diz que a Biblioteca Apostólica do Vaticano é um “instrumento da Igreja para o desenvolvimento, a conservação e a divulgação da cultura”, contendo “tesouros riquíssimos de ciência e de arte aos estudiosos que investigam a verdade”. Sobre o Arquivo Secreto do Vaticano, o padre mencionou a coleção de “documentos relativos ao governo da Igreja para antes de tudo estarem à disposição da Santa Sé e da Cúria no desempenho do próprio trabalho”, sendo eles disponibilizados, mediante autorização pontifícia, aos estudiosos de história que busquem informações, profanas ou não, das regiões com relações intimas com a Igreja (IHU, 2018).

É interessante ressaltar que houve uma atualização em relação ao Arquivo Secreto do Vaticano: em 29 de outubro de 2019, o site Vatican News publicou a mudança do nome Secreto para Apostólico. Tolentino Mendonça, ainda em seu cargo de arquivista e bibliotecário, mas agora nomeado Cardeal, diz que a troca da nomenclatura determinada pelo Papa Francisco é a continuidade do trabalho do Papa Leão XIII, que em 1881 já começava a abrir progressivamente as portas do Arquivo para que estudiosos pudessem pesquisar os documentos do Vaticano. Segundo o Cardeal,

> No final do chamado “Século da História”, o Papa afirmou firmemente, na célebre Carta *Saepenumero considerantes* (18 de agosto de 1883), a convicção de que não era preciso ter medo da pesquisa, que não se devia temer a verdade nem ousar dizer falsidade.

Com essa ação, Papa Leão XIII transformou o que antes era considerado um “venerável e precioso depósito de papeladas” em um centro de estudos e pesquisas, frequentado por pesquisadores do mundo, independentemente da fé, nacionalidade ou cultura. A queda da “conotação fosca e opaca”, como chama Tolentino Mendonça a palavra “secreto”, fez desaparecer o peso de seu significado: privado, reservado ao soberano e ao governo apenas. O termo “Apostólico” representa melhor o Arquivo do Papa e da Cúria, que reflete a vida da Igreja e do mundo, e pode agora ser compartilhado sem temores e com confiança.

Por fim, o Cardeal finaliza comemorando o fato de que agora, ambos a Biblioteca e o Arquivo são “Apostólicos”, tanto na sua criação como no seu nome. Ele afirma que esses Lugares de Memória não são uma “joia e um luxo do passado, mas um recurso para o futuro, para compreender e interpretar a história dos homens, da qual são um espelho incomparável e fiel” (VATICAN NEWS, 2019).

2.2.1 Registros de batismo

“Ego te baptizo in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti”[11]

Mateus, 28:19

(BÍBLIA, 2022)

A “fórmula” acima, que consta da Bíblia, faz parte de um dos momentos ritualísticos mais expressivos da Igreja Católica: o batizado, ou como é caracterizado pelo cânone 849 do CDC (JOÃO PAULO II, 1983, p. 155), “a porta dos sacramentos”. É esse ritual que assegura que os inocentes não pagariam pelas mazelas de seus pais, devendo toda criança, não importando se legítima, natural ou exposta (aquelas que foram deixadas às portas da casa de alguém ou em conventos), ser batizada para garantir a salvação de sua alma e a remissão do pecado original (IZABEL JUNIOR, 2012, p. 64).

Se esses motivos por si só não bastassem, sempre havia a cartada final, usada em tempos bem menos esclarecidos e muito mais supersticiosos: a garantia de que nenhuma criança inocente seria usada por “bruxas” como a irlandesa Alice Kyteler (pelo menos era assim que bispo moralista Richard de Ledrede se referia a ela) no preparo de um ensopado maligno feito no “crânio decepado de um ladrão, recheado de ingredientes como tripas de galo, ‘certos vermes horríveis’, cérebros de crianças não batizadas e unhas de homens mortos” (TELFER, 2019, não p., grifo nosso).

Segundo Faria (1998, p. 304), a prática do batismo ia além do âmbito religioso, “firmando-se como um importante instrumento de solidariedade e de relações sociais, através do compadrio”. A autora afirma, porém, que os casamentos e os últimos sacramentos (na hora da morte), eram mais importantes para a Igreja do que para a população em si, ainda que casar-se significasse a busca por uma “estabilidade familiar e um respeito social, fundamental, no caso dos homens brancos de qualquer crença, e estratégico, no caso de escravos, forros e mestiços” (FARIA, 1998, p. 304).

Apesar da maior importância dada aos sacramentos do casamento e do óbito por Faria, um negro livre apadrinhando um negro escravizado constituía de uma

[11] “Eu te batizo em nome do pai, do filho e do espírito santo” (tradução nossa)

relação vertical, “firmando parentesco com uma pessoa de posição social superior à do batizando e sua família, o que poderia possibilitar uma troca de favores, pois o escravo não era um agente passivo nesses tratos” (IZABEL JUNIOR, 2012, p. 67). A autora acrescenta ainda que os padrinhos ou compadres livres poderiam atuar em situações conflituosas entre os negros escravizados e os senhores, além de fortalecer os laços familiares e de amizade entre eles (IZABEL JUNIOR, 2012, p. 69). Ela sintetiza esse pensamento afirmando que “o contexto escravista fornecia a direcionalidade social na escolha dos padrinhos de batismo” (NEVES, 1990, p. 243 apud IZABEL JUNIOR, 2012, p. 70).

Marcilio (2004, p. 13-15) elenca os dados a serem redigidos obrigatoriamente nas atas de batismo, de acordo com o Concilio de Trento, em livro exclusivo e de responsabilidade do vigário, a ser guardado e conservado em arquivo na Paróquia:

a) a data do batismo;
b) o nome completo do batizando;
c) sua filiação (quando fosse conhecida);
d) local da residência de seus pais ou responsáveis;
e) nome de pelo menos um padrinho (o melhor seriam dois);
f) finalmente viria a assinatura do sacerdote.

Casos especiais que deveriam ser anotados na ata de batismo, são:

a) se a criança fosse ilegítima e o nome dos pais quando conhecidos, ou a menção filho de pais incógnitos;
b) se a criança fora exposta (abandonada) deveria haver a menção deste fato e onde estava sendo criada;
c) se escrava, deveria trazer o nome do senhor;
d) casos de criança adulterina, ou de criança sacrílega (filha de padre) deveriam ser assinalados;
e) criança em perigo de morte poderia ser batizada em casa, por qualquer pessoa, desde que obedecida a forma: “eu te batizo em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo” e a matéria: água e sal. Esse ato deveria ser comunicado ao vigário da paróquia para que procedesse ao devido registro.

Segundo Marcílio (2004, p. 19-20), com essas informações, a história da criança brasileira começou a ser desvendada, pois a partir dessas atas de batismo, pudemos tomar conhecimento de informações como:

a) a alta presença de filhos ilegítimos, dentro da população não escrava;
b) o ato de abandonar o filho ao nascer;
c) a variação dos nomes e dos prenomes dados às pessoas na pia batismal;
d) a presença largamente difundida de concubinatos, que chegou a caracterizar boa parte senão a maioria das uniões no Brasil católico, de ontem e de hoje;
e) as diferenças sociais marcantes ante a doença e a morte;
f) a sinalização de anos e do volume de certas epidemias que assolaram nossas populações do passado,
g) o mundo do trabalho e de suas profissões e ocupações no Brasil antigo.

3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A DESCRIÇÃO EM METADADOS PARA RECUPERAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

Nas primeiras disciplinas ofertadas no curso de Biblioteconomia, aprendemos que o ser humano naturalmente classifica tudo ao seu redor, organizando assim todos os elementos de sua vida. Segundo Joudrey, Taylor e Wisser (2018, p. 17), organizar parece ser um instinto básico de todo o ser humano, a ponto dos bebês, em sua mais tenra idade, conseguirem organizar imagens em categorias como “comida” e “rostos”. As crianças maiores organizam seus brinquedos por tipos, cores ou formatos antes de brincar ou como a brincadeira propriamente dita. Conforme os humanos crescem, as habilidades cognitivas para “categorizar, reconhecer padrões, selecionar, relacionar e criar grupos de coisas e ideias” se desenvolvem. Segundo os autores (JOUDREY; TAYLOR; WISSER, 2018, p. 17), organizarmos para:

a) Entender;
b) Otimizar o tempo;
c) Catalogar e;
d) Recuperar.

O último item dessa lista parece ser o mais importante entre os quatro, pois “acima de tudo, organizamos porque precisamos recuperar. O mundo está cheio de objetos e ideias. [...] A organização torna a recuperação possível” (JOUDREY; TAYLOR; WISSER, 2018, p. 18, tradução nossa). Sendo assim, a recuperação eficaz (achando a informação certa) e eficiente (usando o menor tempo e esforço possíveis) está diretamente ligada a organização. Enquanto algumas informações já foram devidamente assimiladas e transformadas em conhecimento, outras estão “perdidas”, esperando serem encontradas. Caso elas não estejam organizadas, essa tarefa pode ir de difícil a impossível em pouco tempo.

A Organização da Informação (OI) envolve a descrição física de conteúdos informacionais, tendo como resultado a representação da informação, “entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). A realização dessa descrição física e de conteúdo são os meios para se atingir os objetivos da OI. Essas duas etapas englobam os três elementos da informação propostos por Fogl, a saber:

a) o conhecimento (descrição de conteúdo);
b) a linguagem (descrição de conteúdo e física) e;
c) o suporte da informação (descrição física).

A International Federal of Library Associations (IFLA) possui um modelo conceitual que identifica os principais itens da informação, a saber o *Functional Requirements for Bibliografic Records* (FRBR) (JOUDREY; TAYLOR; WISSER, 2018, p. 18, tradução nossa). Segundo os autores, esse modelo, quando seguido corretamente, nos garante organizar nossas diferentes ferramentas de busca a fim de garantir que os usuários encontrem aquilo que buscam após seguir as cinco tarefas abaixo. Para fins de exemplo, tentaremos trazer o registro paroquial como modelo:

a) **Achar**: encontrar mais informações sobre um antepassado;
b) **Identificar**: confirmar o nome do antepassado, para não o confundir com um homônimo;
c) **Selecionar**: escolher os registros paroquiais como possível fonte de informações sobre o dito antepassado;
d) **Obter**: entrar em contato como a paróquia para que essa lhe forneça acesso ao registro paroquial de interesse;
e) **Explorar**: descobrir outras fontes e entidades que possam engrandecer o conhecimento sobre o antepassado, como certidões de cartório, por exemplo.

O objetivo da OI é a organização de um “conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções, neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6), além de nos permitir salvar para a posteridade todos os tipos de registro criados ao longo da história (JOUDREY; TAYLOR; WISSER, 2018, p. 19).

A OI é um fator determinante para que a informação seja passível de ser achada, lida e compreendida por um usuário interessado nela, a fim de transformá-la em parte integrante do seu próprio conhecimento, afirma Joudrey, Taylor e Wisser (2018, p. 19). Em outras palavras, “[...] podemos usar nosso conhecimento para escrever um livro, mas até você ler esse livro, compreendê-lo, e integrá-lo em seu próprio conhecimento, é apenas informação”. Essa afirmação diverge um pouco da

de Vignoli, Almeida e Catarino (2014, p. 122), que dizem que “[...] a informação que não recebe tratamento adequado para ser recuperada posteriormente será apenas um dado armazenado e se não pode ser utilizada como insumo para novos conhecimentos, é como se não existisse”, mas seu cerne é o quase o mesmo: a importância da OI para tornar a informação passível de ser recuperada.

Assim posto, dentro do contexto deste trabalho, podemos pensar nos registros paroquiais como uma coleção de documentos que deve ser preservada, não nos centros informacionais mencionados por Brascher e Café, mas nas paróquias. Porém, assim como as coleções de centros informacionais, os registros paroquiais requerem cuidados especiais, principalmente quando se trata dos suportes informacionais mais antigos. Ao longo do Século XX, a Igreja Católica foi desmembrada continuamente, surgindo assim novas Dioceses, levando em seus arquivos sua documentação referente. O que pode, a princípio parecer lógico (a permanência da documentação em sua circunscrição eclesiástica) vai de encontro as regras básicas da Arquivologia Moderna, ao dispersar os documentos que eram antes progressivos e que, muitas vezes, passam a ser malconservados e mal armazenados em locais impróprios (MARCÍLIO, 2004, p. 17). Como se essa dispersão documental já não fosse suficientemente ruim, o acesso a esse material, que é privativo, mas de importância social, passa a depender dos responsáveis, que podem ou não, disponibilizá-los para consulta.

Em concordância com a visão de Joudrey, Taylor e Wisser (2018, p. 19), de que um *resource*, ou um recurso de informação (palavra escolhida no lugar de *recorded information*, ou informação gravada, por se referir a mais do que itens textuais) pode ser “um tweet de 140 caracteres ou uma coleção de 140 rochas e minerais”, temos a retificação de que os registros paroquiais são documentos que podem, e devem, ser organizados segundo as diretrizes da OI. As referidas diretrizes de que os autores (JOUDREY; TAYLOR; WISSER, 2018, p. 20-22, tradução nossa) falam são:

a) **Identificar a existência de todos os recursos de informação disponíveis**: de nada adianta a existência de um recurso se ele for de conhecimento apenas de seu criador. É como se ele não existisse perante a sociedade. É preciso então tornar pública a existência dos registros paroquiais, fazendo uso de alguma ferramenta de fácil compreensão e divulgação para os possíveis usuários;

b) **Identificar o conteúdo desses recursos de informação**: no caso específico deste trabalho, a identificação do conteúdo dos registros paroquiais é relativamente simples de ser definida, visto que há um tipo de livro para cada tipo de sacramento. Pensemos, no entanto, nos livros de batismo (objeto do nosso estudo de caso): seu conteúdo seriam as atas contendo as informações da criança batizada;

c) **Colocar esses recursos em coleções de forma sistemática**: apesar da criação de coleções de recursos informacionais estar associada a bibliotecas, museus e arquivos, uma coleção pode ser criada de forma organizada por um indivíduo de forma pessoal. De qualquer forma, hoje em dia, com o advento da internet e do mundo digital, é muito simples tornar uma coleção de conhecimento público ou, até mesmo, de permitir o acesso a essas coleções através de recursos online/digitais. Pensemos no nosso objeto de estudo: não haveria adição de novos itens para aprimorar a coleção, visto que são livros paroquiais de batismo do século XIX. Ainda assim, se pensarmos em cada um dos registros batismais como um item dessa coleção fechada, vemos que o uso de metadados se faz necessário, nem tanto para o controle novas aquisições, mas a organização dos dados já existentes;

d) **Produzir listas desses recursos, preparadas de acordo com regras padrão de citação**: algumas das listas criadas a partir dos recursos de informação incluem bibliografias, catálogos de bibliotecas, auxílios de localização de arquivos, registros museológicos. As ferramentas listadas acima são importantes para a recuperação da informação individual desejada, principalmente se for um item tangível, que tenha uma localização específica (como o nome de uma criança constante de um livro batismal, por exemplo). A complexidade dessa lista varia e sua criação segue um manual de instruções para criação de metadados determinado pela instituição mantenedora da coleção. Na maioria dos casos, o manual deve conter uma visão geral do processo de descrição, uma indicação de quais são os elementos obrigatórios ou desejáveis e orientações para registro de metadados;

e) **Prover nome, título, assunto e outras informações úteis de acesso a esses recursos**: o sucesso da recuperação do recurso de informação através de listas está na inclusão adequada dos metadados. O fornecimento de nome

controlado por autoridade, título e pontos de acesso agregam valor a utilidade e potencial recuperação da informação. No caso dos livros batismais, nomes, datas e localidade são metadados obrigatórios para uma recuperação eficaz e eficiente;

f) **Fornecer os meios de localizar um recurso de informação**: hoje em dia, a maioria das instituições informacionais possuem recursos online que disponibilização a lista contendo os itens que fazem parte de sua coleção (como os catálogos online das bibliotecas, por exemplo). É preciso então que a lista contendo as informações dos livros de batismo sejam disponibilizadas à sociedade, seja por um catálogo impresso, seja por uma ferramenta na internet.

4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram baseados em Prodanov e Freitas (2013, p. 51) e, de acordo com os autores, consiste em uma pesquisa de natureza aplicada, pois pretende gerar “conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”.

Do ponto de vista objetivo, este trabalho possui caráter de pesquisa exploratória, visto que tenciona proporcionar mais informações sobre o assunto alvo da investigação, possibilitando definições e delineamento a respeito (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52). Das três etapas geralmente presentes nesse tipo de pesquisa, de acordo com os autores, este trabalho possui duas sendo o levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que estimulem a compreensão.

O estudo caracteriza seu procedimento técnico como pesquisa bibliográfica, sendo ela elaborada a partir de material já publicado sobre o assunto, seguindo as etapas para a realização da mesma, sendo elas:

1) escolha do tema;
2) levantamento bibliográfico preliminar;
3) formulação do problema;
4) elaboração do plano provisório do assunto;
5) busca das fontes;
6) leitura do material;
7) fichamento;
8) organização lógica do assunto;
9) redação do texto (PRODANOV; FREITAS. 2013, p. 55).

Há também o estudo de caso, que mostra as atividades desenvolvidas durante a disciplina de Práticas em Biblioteconomia e Ciência da Informação e que está relacionado a pesquisa aplicada, “na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais” (BOAVENTURA, 2004 apud PRODANOV; FREITAS. 2013, p. 60). O estudo de caso constitui de coleta e análise de informações sobre um determinado indivíduo, grupo ou comunidade a fim de estudar seus aspectos de vida, uma investigação que necessita de requisitos básicos para sua realização (PRODANOV; FREITAS. 2013, p. 60).

A abordagem qualitativa possui modo de análise indutivo e exige que haja um contato direto com o objeto de estudo, neste caso, as atas de batismo. Por termos trabalhado apenas com o levantamento dos metadados de uma amostragem relativamente pequena, sem o uso de estatística nem de contagem de variáveis, esse trabalho não pode ser considerado como quantitativo.

4.1 Paleografia como ferramenta da Organização da Informação

A palavra “paleografia” é definida etimologicamente pelo grego *palaios* (antigo), e *graphien* (escrita) e categoriza a disciplina como a ciência que estuda a escrita antiga (DIAS; BIVAR, 2004, p. 12). Outros autores conceituaram a paleografia. Berwanger e Leal (2008, p. 15-16), relacionaram em seu artigo alguns desses conceitos, onde ela é chamada de ciência da decifração dos manuscritos; ciência das antigas escritas; ciência que lê e decifra documentos manuscritos antigos; ciência que trata do conhecimento e interpretação da escrita antiga; é a arte de ler documentos antigos; é o estudo metódico de textos antigos; é parte da disciplina de Diplomática, que ensina a julgar a idade, a veracidade e a origem do documento; é o estudo da genética dos velhos documentos (essa definição sendo das mais peculiares a nosso ver); é o estudo dos textos antigos, englobando sua parte física e textual. Considerando todas essas definições, nota-se que a Paleografia pode ser considerada:

a) Como arte (na prática) ou ciência (na teoria);
b) Abrangente, pois estuda a história da escrita, a evolução das letras, dos suportes e dos instrumentos usados para gravá-las;
c) Uma técnica, acima de tudo.

A origem da paleografia está intimamente ligada à necessidade de se comprovar a veracidade de documentos. Ela foi uma ferramenta muito usada durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Nesse período, houve uma explosão de documentos falsos ou falsificados que precisavam ser verificados por juízes e pelos tribunais. Alemanha, Itália, França e Inglaterra vivenciaram o que foi chamado de “Guerra diplomática” quando uma série de controvérsias envolvendo documentos de direitos feudais e eclesiásticos, que estariam guardados em arquivos particulares e nos mosteiros, foram identificados como falsos (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 16-17). Essa necessidade de compreender efetivamente as informações contidas nos manuscritos de séculos anteriores, escritos com signos muitas vezes diferentes da corrente, é que motivou o surgimento da Paleografia no século XVII (GOMES; COSTA; ARAÚJO, 2015, p. 187).

Sua história, relatada por Berwanger e Leal (2008, p. 17-19), pode ser dividida em duas partes: um período de formação, que abrange de fins do século XVII até o primeiro quarto do século XVIII e; um período de afirmação, que conta até os dias atuais. No período de formação, a Paleografia ainda se confundia com a Diplomática (da qual não trataremos neste trabalho, nos atendo apenas a dizer que ela é, etimologicamente, a ciência dos diplomas) e só foram separadas em duas disciplinas diferentes após inúmeras discussões entre religiosos do período, envolvendo documentos falsos que estavam guardados nos arquivos dos mosteiros e igrejas de Tréveris, na Alemanha. O padre holandês Daniele Van Papenbroek, que descobriu as falsificações, terminou por publicar, em 1675, como prefácio do segundo volume dos *Acta Santorum*, um texto intitulado “Princípios introdutórios para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos documentos antigos”.

O abalo causado por essa obra nos mosteiros beneditinos foi grande e um de seus membros, D. Jean Mabillon, preparou uma defesa ao texto de Daniele Van Papenbroek, onde estabelece os princípios básicos da Diplomática e da Paleografia (ainda não sendo chamada por esse termo, que só foi cunhado por outro monge beneditino, chamado Bernardo Montfaucon, 27 anos depois da obra de Mabillon). Mabillon passa a ser considerado o pai da Diplomática e da Paleografia.

No segundo período, já por volta da metade final do século XVIII, a Paleografia já fazia parte das cátedras universitárias, tendo surgido *Escolas Superiores de Paleografia* em Bolonha, Florença e Milão (1765); a *École (Royale) des Chartes* na França (1821); a *Escuela Superior de Paleografia y Diplomática* na Espanha (1838); o *Instituto de Paleografia* na Áustria (1854) e a *Paleographical Society* na Inglaterra (1873). Esse é considerado o período moderno da disciplina, que é caracterizado por Berwanger e Leal (2008, p. 19) por três fatores importantes:

a) A afirmação da Paleografia como ciência independente de outras;
b) A aplicação de fotografias na reprodução de cópias dos documentos e;
c) A descoberta de novos materiais paleográficos.

De forma prática, a Paleografia pode ser elementar (apenas a leitura do material) ou crítica (quando há uma análise aprofundada do documento como um todo, considerando-se o material, a datação, a forma de escrita, a tinta, o instrumento usado para escrever etc.). Ela também é dividida conforme a ciência que apoia, podendo ser diplomática (documentos antigos); bibliográfica (gêneros de

letras de manuscritos pré-imprensa); numismática (inscrições em moedas e medalhas) e; epigráfica (lápides e inscrições). Quanto a idade dos documentos, a Paleografia pode ser considerada antiga, medieval ou moderna (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 19).

Tendo sido usada para resolver querelas jurídicas e arquivísticas, nada mais compreensível que a existência da relação estreita da Paleografia com o Direito (necessária para a leitura de manuscritos cartoriais de importância nas disputas judiciais) e a Arquivologia (indispensável para o processo de classificar e descrever de forma precisa os documentos) (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 21). Lidar com suportes informacionais não contemporâneos é algo que profissionais da Biblioteconomia e da Museologia também precisam fazer, fazendo com que a importância da Paleografia se expanda para as demais áreas da Ciência da Informação (CI). É preciso que os profissionais da área tenham formação e capacitação para ler, interpretar e compreender as informações registradas nesse material (GOMES; COSTA; ARAÚJO, 2015, p. 185-186).

Em verdade, a Paleografia pode se envolver em toda área do conhecimento "cuja tradição, transmissão e evolução dependem ou dependeram da configuração, do entendimento, da interpretação e da documentação do registro manuscrito" (PINHEIRO, 2018, p. 60). Com essa afirmação, a bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro atesta o uso dessa ferramenta nos livros raros da Biblioteca Nacional e cita exemplos como o do livro que foi "*emmendado catholicamente*" (um termo menos duro para "censurado"), apresentando um caderno manuscrito no lugar da parte impressa do livro que foi suprimida.

No que diz respeito à ligação da Paleografia e a organização da Memória Social, Araújo (2018, p. 37) afirma que as características dos textos estudados por essa disciplina "são formas de memória relativas à própria escrita porque podem comunicar informações a outrem sobre ela mesma"*.*

Houve, no seu período de afirmação, uma ânsia por estudar e desenvolver a Paleografia. Atualmente, estamos passando por um novo impulso no uso dessa ferramenta, o que Pinheiro (2018, p. 72) chama de "inegável renascimento do interesse pela Paleografia", "com precedentes inovadores que favorecem, entre outras possibilidades, a recuperação de registros do passado, a produção de novos registros e a necessária preservação da informação literária e material de todos esses registros".

4.2 Estudo de caso: registros paroquiais de batismo

O estudo de caso apresentado nessa monografia é referente às atividades desenvolvidas durante a disciplina de Práticas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, com carga horária de 60 horas e que tem por finalidade o desenvolvimento de atividades práticas e orientadas no que tange a produção, organização, disseminação, gestão e recuperação informacional. No período em que as atividades com os registros paroquiais foram desenvolvidas, a disciplina estava sendo ministrada de forma remota devido a pandemia de COVID-19, possuindo assim encontros síncronos (momento em que os docentes definiam as diretrizes do que deveria ser feito e onde, posteriormente, as descobertas individuais dos discentes passaram a ser discutidas) e assíncronos (momento em que os discentes poderiam desenvolver suas tarefas atribuídas pelos docentes).

O material utilizado como base para o desenvolvimento dessa atividade foram as fotografias de registros paroquiais de batismo, datados de fins do século XIX, de cidades do agreste e do sertão de Pernambuco, cedidas gentilmente pela pesquisadora Bernadete Lopes. O objetivo era a identificação de metadados importantes para pesquisas futuras e na organização padronizada deles, de forma a facilitar a recuperação da informação.

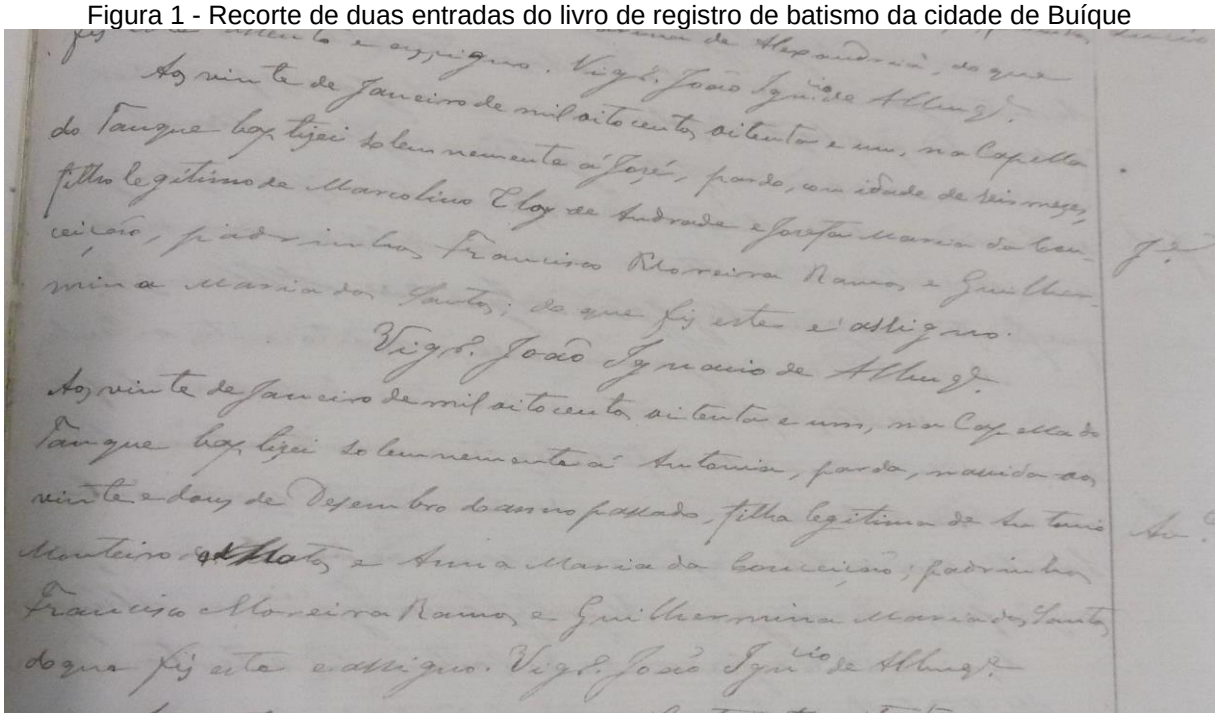
Após o primeiro contato com as fotografias e com o conteúdo das atas de batismo (figura 1), houve um debate em que foram definidos quais os metadados que seriam buscados do documento. A respeito dos registros de batismo, Bassanezi (2011, p. 92) afirma que a Igreja Católica Romana possui uma série de dados que devem constar das atas, sendo eles:

a) a data do evento;
b) nome completo do batizando;
c) nome dos pais;
d) filiação legítima ou ilegítima;
e) local de residência dos pais ou responsáveis;
f) o nome de pelo menos um padrinho (melhor dois);
g) a assinatura do sacerdote.

Outros aspectos importantes, ainda que considerados secundários, podem ser incluídos no registro de batismo (BASSANEZI, 2011, p. 92), sendo eles:

a) se a criança foi concebida dentro ou fora de um casamento formal;
b) se os pais são conhecidos ou não;
c) se batizada em casa, por estar em perigo de morte;
d) informações como a condição social dos pais e;
e) mais raramente, a naturalidade dos pais e nomes dos avós maternos e paternos.

Figura 1 - Recorte de duas entradas do livro de registro de batismo da cidade de Buíque



Fonte: Acervo fotográfico pessoal da pesquisadora Bernadete Lopes, 2017.

Após a definição dos metadados, as fotos foram divididas entre os discentes em “lotes” de dez fotos por vez. Quando o lote fosse finalizado, os alunos receberiam outro, dando continuidade ao processo de transcrição. Durante os encontros síncronos da disciplina, os discentes expunham para os demais seus achados, havendo assim troca de conhecimento entre todos, gerando informações adicionais e fora do material fotográfico que estava sendo trabalhado, como pesquisas geográficas, biográficas e históricas. Durante essas discussões, era também debatida a necessidade de inclusão de metadados adicionais que, caso aceito por todos, passava a incluir o banco de dados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Fazendo uso da paleografia, pudemos desvendar muitas questões que surgiram no decorrer do trabalho com as atas de batismo, sendo uma delas o uso constante de abreviaturas, um dos pontos mais importantes do trabalho. Como diz a filóloga e professora Alícia Duhá Lose (2008, não p.), “as abreviaturas são uma das chaves para se desvendar o segredo dos manuscritos antigos”. Observamos que as abreviaturas apareciam tanto em expressões como “vigário” (escrita como “vigr^{io}” quanto nos próprios nomes e sobrenomes dos personagens que apareciam nas atas, a exemplo do padre João Ignacio que assinava “Albuq^{e}” ou invés de “Albuquerque”.

Percebeu-se também que muitas palavras eram escritas levando em consideração a sua vocalização e não sua escrita efetiva, como no caso de “mezes” ou nas variações do sobrenome “Bezerra”, que ora aparecia escrito com Z e ora com S, por exemplo.

Outras dificuldades que surgiram no decorrer do trabalho: a própria caligrafia dos padres responsáveis pelas atas, ora muito floreada, ora muito miúda; borrões e rasuras no texto; desfoque da fotografia ou; fotografia cortada. Esses fatores impediram a transcrição completa do registro batismal.

Considerando os ensinamentos paleográficos e o conhecimento prévio sobre a instituição católica compartilhado por alguns dos alunos da disciplina, pudemos chegar as transcrições das atas de batismo da figura 1 como sendo:

Transcrição da ata 1:

“Aos vinte de Janeiro de mil oitocentos oitenta e um, na Capella do Tanque baptizei solemnemente a Jozé, pardo, com idade de seis mezes, filho legítimo de Marcolino Eloy de Andrade e Josefa Maria da Conceição, padrinhos Francisco Moreira Ramos e Guilhermina Maria dos Santos, ao que fiz este e assigno.
Vigr^{io}. João Ignacio de Albuq^{e}.”

Transcrição da ata 2:

“Aos vinte de Janeiro de mil oitocentos oitenta e um, na Capella do Tanque baptizei solemnemente a Antonia, parda, nascida aos vinte e dous de Dezembro do anno passado, filha legitima de Antonio Monteiro de Matos e Anna Maria da Conceição,

padrinhos Francisco Moreira Ramos e Guilhermina Maria dos Santos, o que fiz este e assigno. Vigr^{io}. João Ignacio de Albuq^{e}.”

Baseando-se nas diretrizes apresentadas no capítulo anterior e na transcrição, foi feita a análise dos dados constantes nas fotos e, após discussão com professoras e alunos da disciplina, optou-se pelo uso de quase toda a informação do registro de batismo. Essa decisão baseou-se no fato de que parte os tipos de informação contidos nas atas são as que Bassanezi (2011) menciona como fundamentais, sendo as demais informações concernentes à finalidade do trabalho inicial desenvolvido pela pesquisadora Bernadete Lopes, que nos cedeu seu acervo de fotos. Os tipos de informação definidas como necessárias foram:

a) Identificação da foto;
b) Localidade;
c) Tipo documental;
d) Data do registro de batismo;
e) Local de batismo;
f) Reverendo;
g) Nome da criança;
h) Sobrenome;
i) Grupo étnico;
j) Data de nascimento;
k) Nome do pai;
l) Nome da mãe;
m) Padrinho;
n) Madrinha;
o) Vigário;
p) Observações (onde foram colocadas informações adicionais aos metadados e de preenchimento opcional, como o uso de santos óleos na criança batizada ou a moradia dos padrinhos).

As informações extraídas das fotos dos registros foram transcritas seguindo as regras paleográficas e definidas em aula relacionadas abaixo.

a) Não alteração da grafia, respeitando assim as normas gramaticais e os costumes da época;

b) Palavras que não puderam ser identificadas por algum motivo foram indicadas com avisos como [informação cortada], [incerto] ou [ilegível];
c) A grafia da idade da criança batizada foi mantida como escrita no registro (exemplo: com idade de seis mezes [sic]) ou, quando o caso, mantida no formato dd/mm/aaaa (exemplo: 22/12/1880);
d) Informações como “uso dos santos óleos” ou “criança batizada com perigo de morte” foram anotadas no campo das observações.

Realizada a transcrição, pode-se então coletar os metadados e inclui-los na tabela em Excel (figura 2) que ao final da disciplina de Práticas em Biblioteconomia e Ciência da Informação formaria o banco de dados composto pelas informações retiradas das atas de batismo.

Figura 2 - Tabela com os metadados dos registros de batismo

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
1	ID	Localidade	Tipo Documental	Data Registro Batismo	Local de batismo	Reverendo	Nome	Sobrenome	Grupo Etnico	Data de Nascimento	Nome do pai	Nome da Mãe	Padrinho	Madrinha	Vigário	Obs.
2	Buique00081	Buique	Batismo	20/1/1881	Capella do Tanque		Lucio		pardo	nove mezes	José Filippe Correia	Rita Maria da Conceição	João Jorge de Mello	Anna Catharina de Alexandria	João Ignacio de Albuquerque	
3	Buique00081	Buique	Batismo	20/1/1881	Capella do Tanque		José		pardo	seis mezes	Marcolino Eloy de Andrade	Josefa Maria da Conceição	Francisco Moreira Ramos	Guilhermina Maria dos Santos	João Ignacio de Albuquerque	
4	Buique00081	Buique	Batismo	20/1/1881	Capella do Tanque		Antonia		parda	22/12/1880	Antonio Monteiro de Matos	Anna Maria da Conceição	Francisco Moreira Ramos	Guilhermina Maria dos Santos	João Ignacio de Albuquerque	
5	Buique00081	Buique	Batismo	20/1/1881	Capella do Tanque		Josefa		parda	quinze dias	Joaquim Alves Pinto	Theresa Maria de Jezus	Felis Avellino Pereira	Maria Joaquina de Jezus	João Ignacio de Albuquerque	
6	Buique00081	Buique	Batismo	20/1/1881	Capella do Tanque		David		pardo	treze dias	Alexandre Correia	Maria Francisca da Conceição	José Corrêa	Vicencia Maria da Conceição	João Ignacio de Albuquerque	
7	Buique00081 /Buique0008 2	Buique	Batismo	[informação cortada]	Capella [informação cortada]		[informação cortada]		[informação cortada]	[informação cortada]	[informação cortada]	Maria da Conceição	Antonio Monteiro de Mattos	Anna Maria da Conceição	João Ignacio de Albuquerque	
8	Buique00082	Buique	Batismo	20/1/1881	Capella do Tanque		Maria		parda	doze dias	Manoel Honorio Bizerra	Caetana Bizerra de Sampaio	Cesario Clementin o de Sampaio	Antonia Bizerra de Sampaio	João Ignacio de Albuquerque	
9	Buique00082	Buique	Batismo	20/1/1881	Capella do Tanque		José		pardo	dous annos	João Martins de Oliveira	Marcolina Maria	João Jorge de Mello	Ursula Cattharina de Alexandria	João Ignacio de Albuquerque	

Buique

Pronto

Fonte: Autora (2021)

A fim de nos aprofundar um pouco mais no que diz respeito as diretrizes para realização e registro do sacramento do batizado, fizemos uso do CDC, elaborando o quadro abaixo, contendo os cânones que tem alguma relação com as atas de batismo.

Quadro 1 – Cânones de relativos ao Batismo

LIVRO I Das normas gerais **TÍTULO VI** Das pessoas físicas e jurídicas **CAPÍTULO 1** Da condição das pessoas físicas
Can. 111. § 1. Pela recepção do baptismo fica adscrito à Igreja latina o filho de pais que a ela pertençam ou, se um deles a esta não pertencer, ambos, de comum acordo, tiverem optado por que a prole fosse baptizada na Igreja latina; na falta de acordo, fica adscrito à Igreja ritual a que o pai pertence.
Can. 112. § 1. Depois de recebido o baptismo, são adscritos a outra Igreja ritual autónoma: 1.° quem tiver obtido licença da Sé Apostólica; 2.° o cônjuge que, ao contrair matrimónio ou durante ele, declarar que passa para a Igreja ritual autónoma do outro; dissolvido, porém, o matrimónio, pode regressar livremente à Igreja latina; 3.° os filhos das pessoas referidas nos nº. 1 e 2, antes dos catorze anos completos, e ainda, nos matrimónios mistos, os filhos da parte católica que tenham passado legitimamente para outra Igreja ritual; atingida aquela idade, podem regressar à Igreja latina. § 2. A prática, mesmo prolongada, de alguém receber os sacramentos segundo o rito de uma Igreja ritual autónoma não acarreta a adscrição a essa Igreja.
LIVRO IV Do múnus santificador da Igreja **PARTE I** Dos sacramentos
Can. 842. § 1. Quem não tiver recebido o baptismo não pode ser admitido validamente aos demais sacramentos.
Can. 845. § 1. Os sacramentos do baptismo, confirmação e ordem, uma vez que imprimem carácter, não se podem repetir. § 2. Se, depois de feita diligente investigação, permanecer ainda a dúvida

prudente se os sacramentos referidos no § 1 foram de facto conferidos, ou se o foram validamente, administrem-se sob condição.
TÍTULO I Do baptismo
Can. 849. O baptismo, porta dos sacramentos, necessário de facto ou pelo menos em desejo para a salvação, pelo qual os homens são libertados dos pecados, se regeneram como filhos de Deus e, configurados com Cristo por um carácter indelével, se incorporam na Igreja, só se confere validamente pela ablução de água verdadeira com a devida forma verbal.
CAPÍTULO I Da celebração do baptismo
Can. 850. O baptismo administra-se segundo o ritual prescrito nos livros litúrgicos aprovados, excepto em caso de necessidade urgente, em que se deve observar somente o que se requer para a validade do sacramento.
Can. 851. Importa preparar devidamente a celebração do baptismo; por conseguinte: 2.° os pais da criança a baptizar, e bem assim os que hão-de desempenhar o múnus santificador da Igreja múnus de padrinhos, sejam devidamente instruídos acerca do significado deste sacramento e das obrigações dele decorrentes; o pároco, por si ou por outrem, procure que os pais sejam devidamente instruídos por meio de ensinamentos pastorais e mesmo pela oração comum, reunindo várias famílias e, onde for possível, visitando-as.
Can. 853. A água a utilizar no baptismo, fora do caso de necessidade, deve ser benzida, segundo as prescrições dos livros litúrgicos.
Can. 855. Procurem os pais, os padrinhos e o pároco que não se imponham nomes alheios ao sentido cristão.
Can. 857. § 1. Fora do caso de necessidade, o lugar próprio para o baptismo é a igreja ou o oratório. § 2. Em regra, o adulto seja baptizado na igreja paroquial própria, e a criança na igreja paroquial própria dos pais, a não ser que uma causa justa aconselhe outra coisa.
Can. 858. § 1. Todas as igrejas paroquiais possuam a sua fonte baptismal, salvo legítimo direito cumulativo já adquirido por outras igrejas.

§ 2. Para comodidade dos fiéis, o Ordinário do lugar, ouvido o pároco, pode permitir ou até ordenar que haja fonte baptismal noutra igreja ou oratório dentro dos limites da paróquia.

Can. 859. Se, por causa da distância ou outras circunstâncias, o baptizando não puder, sem grave incómodo, ir ou ser levado à igreja paroquial ou a outra igreja ou oratório, referidos no cân. 858,

§ 2, o baptismo pode e deve ser conferido noutra igreja ou oratório mais próximo, ou ainda noutro lugar decente.

Can. 860. § 1. Exceptuado o caso de necessidade, o baptismo não se administre em casas particulares, a não ser que o Ordinário do lugar, por justa causa, o permita.

§ 2. Nos hospitais, a não ser que o Bispo diocesano estabeleça outra coisa, não se celebre o baptismo, excepto em caso de necessidade ou se outra razão pastoral o exigir.

CAPÍTULO III

Dos baptizandos

Can. 867. § 1. Os pais têm obrigação de procurar que as crianças sejam baptizadas dentro das primeiras semanas; logo após o nascimento, ou até antes deste, vão ter com o pároco, peçam-lhe o sacramento para o filho e preparem-se devidamente para ele.

§ 2. Se a criança se encontrar em perigo de morte, seja baptizada sem demora.

Can. 868. § 1. Para que a criança seja licitamente baptizada, requer-se que:

1.° os pais, ou ao menos um deles, ou quem legitimamente fizer as suas vezes, consintam;

2.° haja esperança fundada de que ela irá ser educada na religião católica; se tal esperança faltar totalmente, difira-se o baptismo, segundo as prescrições do direito particular, avisando-se os pais do motivo.

§ 2. A criança filha de pais católicos, e até de não católicos, em perigo de morte, baptiza-se licitamente, mesmo contra a vontade dos pais.

Can. 870. A criança exposta ou encontrada, a não ser que, depois de uma investigação cuidadosa, conste do seu baptismo, seja baptizada.

Can. 871. Os fetos abortivos, se estiverem vivos, quanto possível, sejam baptizados.

CAPÍTULO IV

Dos padrinhos

Can. 873. Haja um só padrinho ou uma só madrinha, ou então um padrinho e uma madrinha.

Can. 874. § 1. Para alguém poder assumir o múnus de padrinho requer-se que:

1.° seja designado pelo próprio baptizando ou pelos pais ou por quem faz as vezes destes ou, na falta deles, pelo pároco ou ministro, e possua aptidão e intenção de desempenhar este múnus;

2.° tenha completado dezasseis anos de idade, a não ser que outra idade tenha sido determinada pelo Bispo diocesano, ou ao pároco ou ao ministro por justa causa pareça dever admitir-se excepção;

3 ° seja católico, confirmado e já tenha recebido a santíssima Eucaristia, e leve uma vida consentânea com a fé e o múnus que vai desempenhar;

4.° não esteja abrangido por nenhuma pena canónica legitimamente aplicada ou declarada;

5.° não seja o pai ou a mãe do baptizando.

§ 2. O baptizado pertencente a uma comunidade eclesial não católica só se admita juntamente com um padrinho católico e apenas como testemunha do baptismo

CAPÍTULO V

Da prova e anotação do baptismo

Can. 877. § 1. O pároco do lugar em que se celebra o baptismo deve inscrever cuidadosamente e sem demora alguma no livro dos baptismos os nomes dos baptizados, fazendo menção do ministro, pais, padrinhos e ainda, se as houver, das testemunhas, do lugar e dia do baptismo, indicando também o dia e o lugar do nascimento.

§ 2. Se se tratar de filho de mulher não casada, deve consignar-se o nome da mãe, se constar publicamente da sua maternidade ou ela mesma, por escrito ou perante duas testemunhas, espontaneamente o pedir; deve consignar-se também o nome do pai, se a sua paternidade estiver comprovada por algum documento público, ou declaração do próprio perante o pároco e duas testemunhas; nos restantes casos, consigne-se o nome do baptizado, sem fazer menção do nome do pai ou dos pais.

§ 3. Se se tratar de filho adoptivo, consignem-se os nomes dos adoptantes, e

também, pelo menos se assim se fizer também no registo civil da região, os nomes dos pais naturais, em conformidade com os §§ 1 e 2, segundo as prescrições da Conferência episcopal.
Can. 878. Se o baptismo não tiver sido administrado nem pelo pároco nem na sua presença, o ministro do baptismo, qualquer que ele seja, deve comunicar a celebração do baptismo ao pároco da paróquia em que o baptismo foi administrado, para que ele faça o assento em conformidade com o cân. 877, § 1.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Código de Direito Canônico de 1983.

Ao longo da tabulação dos metadados retirados das atas de batismo, algumas informações se destacaram. Relacionamos algumas das considerações feitas durante o estudo dos metadados tabulados com os cânones do CDC (destacado acima) como:

a) a presença do nome de apenas um padrinho (can. 873);
b) a frequência de nomes religiosos, comuns à época, mas afunilados pelo cânone 855;
c) aplicação de santos óleos ou batizados realizados em crianças com risco de morte e por outras pessoas que não o vigário da paróquia (cans. 850, 853, 857, 859, 860, 867, 868 e 878);
d) a presença do nome de apenas um dos genitores, geralmente a mãe, antecedida pela anotação “filho(a) natural de”, possivelmente indicando que a mulher não era casada (can. 877);
e) a presença de batizandos com mais de 12 meses de idade, contrariando o cânone 867; inúmeros atos sendo realizados em oratórios particulares, o que nos leva a crer que a Igreja mais próxima talvez fosse muito distante para que as pessoas fossem até ela (can. 585, 857, 859 e 860);
f) a ausência de algumas informações nas atas, o que nos faz crer que o vigário responsável descumpriu o cânone 877 ou que foi realizado por um pároco de fora da paróquia (can. 878).

Façamos o caminho inverso ao do parágrafo anterior, em que partimos dos metadados encontrados para nos apoiar no CDC: analisemos os metadados a partir

dos cânones referentes ao sacramento do batismo. A partir deles, pudemos inferir sobre a motivação dos pais a batizar a prole:

a) a salvação espiritual (can. 849);
b) o pertencimento a uma comunidade (can. 842);
c) a ligação vertical ou horizontal, a depender de quem era os padrinhos, firmando relações sociais (cans. 851, 873 e 874).

Além disso pudemos refletir sobre as relações maritais no que tange a religiosidade dos pais e ao direito do homem ser superior ao da mulher (cons. 111, 112 e 868). Dentre todas as considerações, a que mais se destacou foi a possibilidade de uma mesma pessoa ser batizada mais de uma vez (can. 845), o que nos leva ao questionamento: o que impediria as pessoas de confirmarem o sacramento no livro de batismo, já que sua existência é obrigatória na paróquia? Teriam eles (os livros) se perdido nas muitas divisões de dioceses ocorridas no país? Talvez algum acidente natural, como uma enchente tenha destruído livros mal armazenados?

Por fim, caso ainda haja alguma dúvida quanto ao fato de o Registro Paroquial ser um documento aos olhos da ciência da informação, Buckland (2017, p. 25) diz que, a partir do momento em que a noção de documento como objeto é aceita, diagramas, mapas, desenho, fotografias e manuscritos escritos a mão devem ser encarados como tal, e como não há base para limitar o conteúdo do material escrito, podemos incluir nessa longa lista de objetos documentais, os livros de batismo, casamento e óbitos. Segundo ele, qualquer coisa que seja considerada um documento possuirá um dos aspectos a seguir:

a) Significância;
b) Códigos culturais;
c) Tipo de “mídia”, aqui se referindo ao formato em que o documento se apresenta: se é um texto, uma imagem, números, diagramas, arte, música etc., e;
d) Suporte físico.

Se analisarmos cada um desses fatores sob o ponto de vista dos documentos que são o objeto de estudo desse trabalho, chegamos a seguinte análise:

a) O aspecto fenomenológico a que se refere a Significância, fala do aspecto de que um documento será sempre feito por um espectador, nesse caso, os vigários que faziam os registros de batismo;
b) Os Códigos Culturais, que dizem respeito à linguagem com que o documento se expressa, visando o entendimento compartilhado que toda expressão comunicativa deve ter, podem ser descritos como os metadados obrigatórios pré-determinados pela Igreja e que compõem o registro de batismo;
c) O Tipo de “Mídia” é o textual, já que há de fato o registro em livros paroquiais e;
d) O Meio Físico seria o próprio livro de batismo.

Em relação ao estudo de caso apresentado nesse trabalho, sugerimos que, uma outra coluna de metadados seja incluída na tabela, destinada à numeração do livro de batismo de que constam os registros tabulados. Pensamos nisso baseado nos princípios da OI, para o caso de algum usuário querer efetivamente ver o original do registro. No período em que a atividade foi desenvolvida, essa questão não foi pensada pois a finalidade do trabalho não requeria a recuperação do livro especificamente, mas sim, dos dados de cada ata de batismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após busca bibliográfica, ficou clara que a importância e o interesse, particular e social, da custódia dos Registros Paroquiais pela Igreja, bem como seu papel como Local de Memória. Durante muito tempo, em um período em que não havia cartórios, registros civis ou algum órgão estatístico, ela foi a única fonte de informação legítima para acompanhar a evolução social da humanidade.

Os dados contidos em seus Registros Paroquiais são extremamente valiosos para diversas áreas do conhecimento, mas, para tanto, devem se encontrar de forma acessível e organizada ao público, caso contrário, não irá completar o ciclo informacional, se em conhecimento. Sendo assim, é fundamental a intervenção do profissional da Ciência da Informação em conjunto com a instituição mantenedora, visando garantir não apenas a preservação do material em si, mas da memória e das informações contidas neles.

O uso da Paleografia como ferramenta para a leitura, compreensão e posterior tabulação de metadados dos registros de batismo, deixa claro para nós a importância e a necessidade do ensino dessa disciplina dentro da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, possibilitando aos profissionais um instrumento a mais para exercer a sua função com excelência.

O processo de organizar os dados do material que nos foi apresentado, me proporcionou uma satisfação pessoal imensurável, a ponto de aumentar meu foco (bastante prejudicado pelo período pandêmico e pela sobrecarga de equipamentos eletrônicos pelo qual passamos no semestre remoto, momento em que a disciplina de Práticas se deu) e atiçar minha curiosidade (já naturalmente considerável), me fazendo investigar mais sobre alguns dos “personagens” recorrentes dos registros e das cidades onde foram feitos. Agora tenho a missão pessoal de desvendar as atas de batismo de Floresta, escritas pelo Cônego e Vigário Joaquim Antonio de Siqueira Torres, cuja caligrafia miúda e floreada é um desafio à parte.

O questionamento referente a Igreja ser ou não uma Unidade de Informação, mencionado na Introdução desse trabalho, como já informado, não foi desenvolvido pois nosso objetivo era falar da memória da instituição eclesiástica, tendo sido deixado para desenvolvimento posterior em outro projeto.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Paulo. A Igreja e seus arquivos: história e normas, até 1983. In: ROSA, Maria Lourdes; FONTES, Paulo Oliveira Fontes (Org.). **Arquivística e arquivos religiosos**: contributos para uma reflexão. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000a, p.127-162.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **Paleografia e memória social**: província da Parahyba do norte, 1830. João Pessoa: Edição do Autor, 2018.

BASSANEZI, Maria Silvia. Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais. **Ideias**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 89–107, 2011. DOI: 10.20396/ideias.v2i1.8649332. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649332. Acesso em: 4 mai. 2021.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BEZERRA, Eutrópio Pereira. **Patrimônio cultural, memória e preservação**: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa PB. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BÍBLIA vulgata em Latin. **Bíblia online**. Disponível em: https://bibliaestudos.com/vulgata/mateus/28/ Acesso em: 5 maio 2022.

BONILLA, Juan Miguel Hernández. **Javali pintado há 45.500 anos é a obra de arte figurativa mais antiga do mundo**. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-01-14/javali-pintado-ha-45500-anos-e-a-obra-de-arte-figurativa-mais-antiga-do-mundo.html#:~:text=A%20caverna%20de%20Leang%20Tedongnge,quarta%2Dfeira%20na%20revista%20Science. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou Organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/809/17.pdf?sequence=1. Acesso em: 9 nov. 2021.

BUCKLAND, Michael. **Information and society**. Cambridge: The Mit Press, 2017. (The MIT Press Essential Knowledge).

BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARROLL, Lewis. **Alice's Adventures in Wonderland and Other Stories**. New York: Barnes & Noble, 2018. 1184 p. (Barnes & Noble Collectible Editions Series)

COSTA, Iraci del Nero da. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamento e óbito. **Lph - Revista de História**, Mariana, n. 1, p. 46-54, 1990.

DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Paleografia para o período colonial. In: SAMARA, Eni de Mesquita. (Org.). **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. São Paulo: CEDHAL, 2004. p. 11-38.

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. 574 p.

FARIA, Sheila de Castro. Viver escravo: diversidade. In: FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Cap. 5. p. 304-312.

FERREIRA, Livia; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Memoricídio: identidade, memória, história e patrimônio sob ameaça. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2021, Fortaleza. **Anais eletrônicos [...].** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022. p. 279-285.

GOMES, Israel Ribeiro; COSTA, Luciana Ferreira; ARAÚJO, Paulina Margarida Rodrigues. A Paleografia no Arquivo Distrital de Évora, Portugal: relato de experiência. **Ágora:** Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 183–208, 2015. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/557. Acesso em: 3 maio. 2022.

IHU – Instituto Humanitás da Unisinos. Papa nomeia padre José Tolentino Mendonça como arquivista e bibliotecário da Santa Sé, **Revista IHU on-line**, 2018. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580320-papa-nomeia-padre-jose-tolentino-mendonca-como-arquivista-e-bibliotecario-da-santa-se. Acesso em: 5 maio 2022.

IZABEL JUNIOR, Valdeci Silva. A Importância Histórico-Social dos Registros Paroquiais no Brasil Setecentista. **Revista Vernáculo**, Curitiba, v. 1, n. 29, p. 53-80, 1º sem./ 2012. Semestral. Universidade Federal do Paraná. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/rv.v0i29.34330.

JOÃO PAULO II, Papa. **Código de Direito Canônico**. 4. ed. rev. Lisboa: Apostolado da Oração, 1983.

JOUDREY, Daniel N.; TAYLOR, Arlene G.; WISSER, Katherine M. **The organization of information**. 4. ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2018. (Library and information science text).

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1990.

LOSE, Alícia Duhá et al. Classificação e análise das abreviaturas. In.: LOSE, Alícia Duhá et al. **Dietário das vidas e mortes dos Monges, q' falecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento (1582-**

1815): Salvador. Relatório (Pós-Doutoramento na linha Filologia Textual) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura, Universidade Federal da Bahia, 2008. [n.p]. Edição diplomática. Disponível em: https://books.scielo.org/id/5h/04 Acesso em: 18 maio 2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 20, n. 31, p. 13-20, jan. 2004. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b593659827e91950d74df/1462458679393/01_Marcilio%2C+Maria+Luiza.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

MEMÓRIA. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Lisboa: Priberam, 2021. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/mem%C3%B3ria. Acesso em: 25 out. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Traduzido por Yara Aun Khoury. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em: 27 abr. 2022.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7466/1/2010_ElianeBragaOliveira.pdf. Acesso em: 9 nov. 2021.

OLIVEIRA NETO, Paulo Eduardo Silva. **Fontes de informação católicas**: conceitos, tipos e usos. 2019. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/39621. Acesso em: 12 maio 2022.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Ciência, arte e técnica: todos os ângulos da paleografia na biblioteconomia de livros raros. In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. Cap. 6. p. 60-73.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

POMIAN, Krzystof. Memória. *In***: Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. p. 507-516. (Sistemática, 42).

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

SALES, Mirelly de Paula. **Memoricídio**: a destruição dos livros e das bibliotecas. 2016. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22708/1/2016_MirellyDePaulaSales_tcc.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

SAMPAIO, Eliana Antunes. **Registros paroquiais do acervo da cúria metropolitana de Niterói**: acesso, conservação e utilização. 2016. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/2673. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, Cristian J. Oliveira. Arquétipos da Memória Religiosa e Gestão Arquivística: uma análise comparada dos arquivos eclesiásticos nos códigos de direito canônico de 1917 e de 1983. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos.** Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2008. p. 1-25.

SILVA, Ana Aparecida Gonzaga da; BORGES, Jussara. Arquivos secretos eclesiásticos em Salvador. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 38-61, dez. 2009. ISSN 1981-8920. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/2858/4146. Acesso em: 12 nov. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2009v14n2p38.

SILVA, Sueli Alves da; PAIVA, Andréia Del Conte de; CRUZ, Dalila Gimenes da; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A mediação do conhecimento na Idade Média: Peter Burke e Umberto Eco. In: Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento, 1., 2016, Londrina. **Anais eletrônicos [...]**. Londrina: Portal de Eventos Acadêmico-Científicos do CIN/UEL, 2016. p. 46-59. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2016/coaic2016/paper/viewFile/379/235. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOUZA, Giuliano Martins Porto de; GOMES, Paola Annenberg Nascimento; RAMOS, Genyffe dos Santos. A memória como vetor da construção social do tempo. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2021, Fortaleza. **Anais eletrônicos [...].** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022. p. 194-210.

TELFER, Tori. **Lady killers**: assassinas em série. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2019. Tradução de Daniel Alves da Cruz e Marcus Santana.

TIZIANI, Marcelo Gonçalves. **Uma breve história do registro civil eclesiástico**. 2016. Disponível em: https://portaldori.com.br/2016/07/28/artigo-uma-breve-historia-do-registro-civil-eclesiastico-por-marcelo-goncalves-tiziani/. Acesso em: 5 maio 2022.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; FERREIRA, Elane Rodrigues da Silva. Os arquivos eclesiásticos e a arquivística brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 7-28,

jan./jun. 2017. Semestral. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/48251. Acesso em: 4 maio 2022.

VATICAN NEWS. **A denominação do Arquivo Vaticano é um ato de fidelidade ao Evangelho**. 2019. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-10/motu-proprio-arquivista-bibliotecario-cardeal.html. Acesso em: 26 abr. 2022.

VENTURA, João. **Livros paroquiais e registo civil**. 2021. Disponível em: https://tombo.pt/conteudo/livros-paroquiais-e-registo-civil. Acesso em: 14 set. 2018.

VIGNOLI, Richele Grenge; ALMEIDA, Patrícia Ofélia Pereira de; CATARINO, maria Elisabete. Folksonomias como ferramenta da organização e representação da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 120-135, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1606/pdf_65. Aces so em: 09 mai. 2021.

VON SIMON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, maio 2003. ISSN 2316-3852. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57. Acesso em: 28 mar. 2022. DOI: https://doi.org/10.22287/ag.v0i6.57.